

Cultural

SUPLEMENTO

Diário Oficial/Secretaria de Cultura • Estado de Pernambuco
Ano XIII • Fevereiro de 1999

Guerra pernambucana

A segunda batalha dos Guararapes faz 350 anos



As batalhas e a memória

Aprendemos com o historiador francês Jacques Le Goff que “a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade coletiva.” Aprendemos ainda melhor com o nosso próprio exemplo. Episódios como Guararapes, Praieira e as diversas revoluções liberais de Pernambuco parecem cair no esquecimento dos próprios pernambucanos. É o que observa o historiador Marcos Albuquerque em artigo nesta edição, dedicada aos 350 anos da segunda Batalha dos Guararapes.

Esse tipo de amnésia coletiva não é novo. Em 1954, o escritor e ex-governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho já chamava a atenção: “Não me parece que a Restauração Pernambucana tenha sido comemorada, por todo o Brasil, com o entusiasmo, ou com o interesse que a importância do acontecimento estava a exigir”, ele escrevia. É conhecida a sua tese de que o nacionalismo brasileiro nasceu nas lutas contra os neerlandeses, sendo por isto, segundo ele, mais exato falar-se em Restauração Brasileira do que em Restauração Pernambucana. Estudo preciso a res-



Soldado com arcabuz ao ombro, de Albert Edkhout.

peito dos caminhos dessas guerras nas mentalidades coletivas é Rubro Veio – o imaginário da Restauração Pernambucana, de Evaldo Cabral de Mello. Com ele aprendemos por que as lutas de restauração estavam presentes nas revoluções liberais do século XIX, mas, no nosso século já não nos parece impressionar.

Os poetas e os pintores, no entanto, neste final de século, parecem querer voltar a cantar os heróis da Restauração. Como Vital Corrêa de Araújo, no livro *Gesta Pernambucana*

(ilustrado por Ladjane Bandeira) há o poema a “Segunda Batalha dos Guararapes”: “Por duas vezes o sangue uno/ escorreu da colina/ dos Guararapes/ dos corpos heróicos para os cântaros/ da Guerra de Pernambuco.// O tinto espetáculo se repete./ Rios purpúreos correm loucos./ Uma cópia de mortos corpos/ o sítio da batalha junca.”

De restauração em restauração, teremos provavelmente, no segundo semestre deste ano, novamente o “A Batalha dos Guararapes”, um espetáculo de José Pimentel, ao ar livre, no próprio teatro das operações, em Jaboatão. A iniciativa e reviver as cenas da guerra – que foram vistas, de fato, no século 17, e revisitadas pelo teatro nos anos de 1984 a 1986 – é do artista plástico Sérgio Lemos. A sua idéia é associar Guararapes às comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil pelos portugueses. Sobre as batalhas propriamente ditas, integradas nas que se chamam “guerras brasílicas” é o principal estudo desta edição, um longo ensaio do jornalista Leonardo Dantas Silva, que explica em detalhes como se deu a vitória dos brasileiros e quais as estratégias e armas usadas para conseguir derrotar inimigo mais forte.

Mário Hélio
Editor

Nesta Edição

03

O pesquisador Leonardo Dantas Silva explica as estratégias e as armas usadas nas batalhas que travaram luso-brasileiros e neerlandeses, há mais de três séculos, através de atenta consulta bibliográfica, que inclui relatos de observadores daquela época.

11

O historiador Marcos Albuquerque denuncia o esquecimento dos próprios pernambucanos dos episódios que definiram a nacionalidade brasileira. Segundo ele, só o Exército e alguns historiadores sabem o que aconteceu nessas batalhas e quem foram os seus principais personagens.

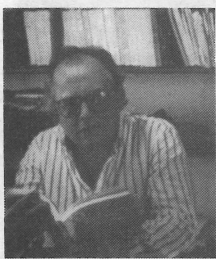
14

As batalhas dos Guararapes motivaram os pintores pernambucanos, do século 18, e, no final do século 20, a pintora Terêza Costa Rego volta ao mesmo tema e propõe releitura coletiva dos grandes conflitos.

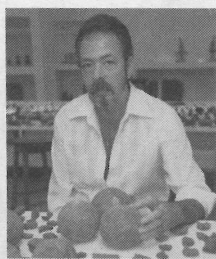
16

O artista plástico José Cláudio fala com ironia das agruras previsíveis e das ilusórias satisfações de envelhecer – com saúde.

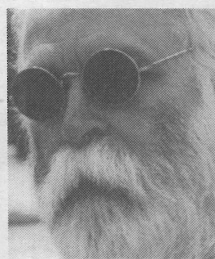
Colaboradores



Leonardo Dantas Silva é jornalista. Como diretor da editora Massangana, vem publicando uma coleção sobre os descobrimentos portugueses, já no 13º título.



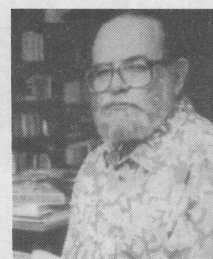
Marcos Albuquerque é arqueólogo e professor do departamento de História da UFPE. Acaba de publicar o livro “Arraial Novo do Bom Jesus”.



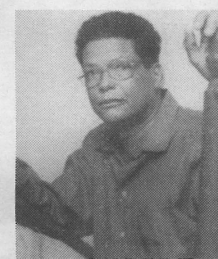
Francisco Brennand é pintor e escultor. Sobre o seu trabalho foi publicado, há poucos meses, pelo Sebrae, o livro “Francisco Brennand”, de estudos estéticos e biográficos.



Terêza Costa Rego é pintora. Dirigiu o Museu do Estado de Pernambuco, onde organizou exposição sobre Guararapes. Prepara mostra sobre as “guerras” pernambucanas.



Reynaldo Fonseca é pintor e desenhista. Nasceu no Recife, em 1925. Integrou a Escola de Belas Artes e foi professor de Desenho Artístico da Universidade Federal de Pernambuco.



José de Moura é artista plástico (o seu quadro sobre a Batalha dos Guararapes ilustra a capa deste número). Recebeu o prêmio do XVIII do Salão do Museu do Estado.



José Cláudio é artista plástico. Mantém coluna semanal no Diário de Pernambuco e é colaborador fixo deste *Suplemento Cultural*, desde 1988.



Governador do Estado
Jarbas de Andrade Vasconcelos

Secretário do Governo
Dorany de Sá Barreto Sampaio

Secretário de Cultura
Carlos José Garcia da Silva



Companhia
Editora de
Pernambuco

Diretor Presidente
Marcelo José Muniz Maciel

Diretor Administrativo-Financeiro
Altino José Delgado Cadena

Diretor Industrial
Rui Macedo Loepert

Cultural SUPLEMENTO

Editor Responsável:
Mário Hélio
Projeto Gráfico e Diagramação:
Luiz Arrais e Anderson Galvão
Editoração Eletrônica:
Anderson Galvão
Assessoria Editorial:
Francisco A. Tavares
Composto e Impresso na
Companhia Editora de Pernambuco - CEPE
Rua Coelho Leite, 530, Santo Amaro - CEP 50100-
900 Fone: (081) 421.4233 - FAX: (081) 222.5126



Quadro "La liberación de la Bahía" do pintor Juan Bautista Maino. Pertencente ao acervo do Museu del Prado, em Madri.

Coragem, improviso e malícia

As histórias da Guerra Brásica fogem, do ponto de vista militar e estratégico, a todos os ensinamentos até então conhecidos nos manuais militares da Europa do século XVII. Ensinavam os tratados militares da época que o principal objetivo de uma campanha era a conquista de determinada praça ou fortificação, como acontecia então no transcurso da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), como poderemos vislumbrar nas obras dos grandes mestres da pintura que chegaram aos nossos dias.

Coube ao jovem Rei da Suécia, Gustavo Adolphus (1594-1632), modificar toda a tática militar de uma época. O objetivo de uma campanha militar era, para ele, não a tomada de determinada praça fortificada, mas o aniquilamento do exército inimigo, antecedendo, assim, em mais de um século às guerras napoleônicas.

O exército holandês era considerado um dos melhores da Europa, gozando no século XVII de elevado conceito, após derrotar as tropas de Espanha em Flandres. Os seus chefes, por sua vez, estavam acostumados às técnicas militares da época, viviam quase sempre a tomada de determinada praça fortificada ou de importância estratégica. Sua infantaria era organizada em batalhões de 500 homens, divididos em 300 piqueiros e 200 mosqueteiros, numa integração

Como os pernambucanos, com menos armas e soldados, derrotaram um dos melhores exércitos da Europa no século XVII

Por Leonardo Dantas Silva

de armas brancas e armas de fogo. Em combate sua formação era constituída por duas linhas: meio batalhão de piqueiros a frente e meio batalhão de mosqueteiros na retaguarda, alternando-se entre descargas de fogo vivo e o avanço com armas brancas.

Em marcha, o exército desdobrava-se em vanguarda, batalha e retaguarda, formação típica do século XVI ainda em uso nos anos que se seguiram.

Essa formação, no entanto, exigia terreno livre, amplos espaços, para o desenvolvimento dos combates e evolução das brigadas, constituídas por oito batalhões, e demais divisões envolvidas no combate; o que não era o ambiente encontrado nas guerras brásicas.

As armas usadas nessas guerras constituíam-se em sua maioria de arcabuzes, clavinhas, mosquetes biscoinhos, pistolas, chuços, lanças, piques, espadas e peças de artilharia confeccionadas em ferros e bronze. Tudo segundo descrição do Provedor da Fazenda, Cosme da Costa Passos, quando da elaboração do *Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Per-*

nambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654.

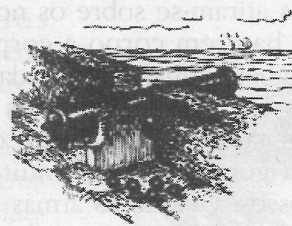
Os mosquetes e arcabuzes permitiam uma freqüência de tiro da ordem de uma descarga em média a cada hora, no caso de serem muito bem treinados os mosqueteiros, a exemplo dos exércitos suecos em 1638. Esse não era o caso dos mosqueteiros do general alemão a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, Sigemundt von Schkoppe, em carta dirigida aos Estados Gerais, datada de 15 de abril de 1648, reclamava das armas ruins de que eram munidas as tropas, "pois o calibre das espingardas e dos mosquetes é diferente e diariamente os oficiais têm de recomendar aos soldados que raspem suas balas para ajustá-las às espingardas e mosquetes".

Nas guerras brásicas os ensinamentos do monarca sueco Gustavo Adolpho, com a formação dos batalhões em quadriláteros, pouco eram utilizados, face às características bem próprias da guerras de emboscadas, com a utilização do elemento surpresa. Os luso-brasileiros, tinham o seu armamento modesto e desprovido de qualquer sofisticação, como se de-

preende do depoimento da testemunha presencial Diogo Lopes Santiago:

Em 1647, o Rei de Portugal, D. João IV, já em guerra declarada contra os holandeses no Brasil, resolve nomear para o cargo de Comandante em Chefe das tropas luso-brasileiras, o general Francisco Barreto de Menezes (Lima, Peru, 1616 – Lisboa, 1688), que viera para o Brasil, em 1640, na frustada expedição do Conde da Torre. Vinho da Bahia para Pernambuco, teve seu barco tomado pelos holandeses, caindo prisioneiro e, conseqüentemente, enclausurado no Recife até 23 de janeiro de 1648, quando consegue fugir e chegar ao Arraial Novo do Bom Jesus.

Nesta ocasião, recebeu o comando dos exércitos por parte dos mestres-de-campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, mas, segundo Diogo Lopes Santiago, "por não ser prático na campanha, nem saber o modo com que nela se pelejava a nossa gente, que é muito diferente do de Portugal, por respeito dos sítios, chamou a conselho os mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, e aos tenentes-generais Filipe Bandeira de Melo e Antônio de Freitas da Silva e ao sargento-maior Antônio Dias Caridozo".



Continua

Na primeira batalha dos Guararapes, os exércitos locais eram de 2.200 homens, divididos em quatro terços, comandados pelos mestres-de-campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, o governador dos Índios, capitão-mor Filipe Camarão, e o governador dos pretos, Henrique Dias, não dispondo de qualquer peça de artilharia.

A técnica portuguesa de combate, posta em prova quando das guerras contra Espanha, no Alentejo, seguia o figurino das guerras de Flandres. Eram os exércitos formados por Terços de Infantaria, constituídos de 2000 homens, subdivididos em companhias de 200 homens cada uma, formadas por igual número de piqueiros e arcabuzeiros. Os piqueiros eram armados com um longo pique (18 pés de comprimento), espada, peitoral e celada; os arcabuzeiros, sem armadura defensiva, dispunham apenas do arcabuz ou espingarda de mecha com sua forquilha e uma adaga. Nas guerras européias marchavam em formação de grandes quadrados de 50 piqueiros em cada face, rodeados e flanqueados nos vértices por outros quadrados de arcabuzeiros, alternando assim as descargas de armas de fogo com as cargas de armas brancas.

Nas guerras bráslicas, porém, tais conhecimentos cediam lugar a malícia e ao elemento surpresa, desenvolvidos pelos índios, e pela improvisação, obedecendo a topografia e a vegetação do terreno; tudo aliado ao denodo dos combatentes e sua inigualável técnica em manobrar com a espada.

Documento holandês datado de 9 de julho de 1648, dirigido pelo Conselho do Recife aos Estados Gerais, diz bem dessas técnicas estranhas aos comandantes seguidores dos estrategistas europeus:

“Todos os dias a experiência nos mostra que se habituaram a esta guerra de tal modo que podem medir-se com os mais exercitados soldados,

des corporais excedem muito aos nossos soldados mais exercitados, quando à agilidade e disposição. Além disso, sabem melhor que os nossos se submeter as provações, tais como a falta de víveres, enquanto os nossos soldados têm de carregar sempre alforjes ou então transportar os víveres logo atrás deles.”

Cruzando o rio Tejipió, nos Afogados, as tropas holandesas seguiram em direção a Barreta, onde existia uma pequena estância defendida por 86 homens sob o comando do capitão Bartolomeu Soares Canha. Travou-se então o combate da guarnição com os

Francisco Barreto de Menezes, que encontrava-se no Arraial Nôvo do Bom Jesus, resolveu reunir seu conselho de oficiais que, por sua vez, decidiu ir ao encontro das tropas invasoras nos Montes Guararapes. Reunindo 2.200 homens marcharam por três léguas em busca das três colinas que se erguiam na margem do caminho onde as tropas holandesas teriam de passar em busca da Muribeca, ou de Nazaré do Cabo, deixando 300 homens na guarnição do Arraial Novo.

As tropas luso-brasileiras chegaram a Guararapes “no sábado, à tarde, e pelas 10 horas da noite se acabaram de

“Ocupavam os holandeses o alto do monte, a campina e a planície bem junto do boqueirão, e por outra parte os tapuias e os índios fazendo ostentação de seus bem compostos e ordenados esquadrões e de suas luzentes e brilhantes armas tocando muitos clarins, trombetas e caixas, arvorando 61 bandeiras de cores diversas, principalmente azul e cor laranjada, trazendo o estandarte dos Estados, ao qual todas as bandeiras faziam salva; este era de tafetá carmesim azul, no qual vinham esculpidas e bordadas as armas de Holanda e dos da Companhia das Índias Ocidentais postas no mesmo carmesim com muita curiosidade e perfeição, e no campo um leão rompante coroado, estendendo as garras [...] Constava a vanguarda do inimigo de dois esquadrões, um de oitocentos e outros de novecentos soldados, com a flor de toda a sua gente, e traziam os soldados velhos das fortalezas, deixando-as guarnecidas com os que de novo haviam vindo na armada de Holanda, por não serem ainda práticos nem experimentados na terra; e muita parte da gente que vinha no exército eram franceses, alemães, polacos, húngaros, ingleses e de outras nações das partes do norte, e o resto holandeses, todos versados e experimentados nas guerras de Flandres, Alemanha e outras províncias.”

No seu relatório Francisco Barreto de Menezes, citado pelo major Antônio de Souza Júnior, “tanto que o inimigo se descobriu pelo alto dos Montes Guararapes, mandei tocar a investir, tendo posto na vanguarda os mestres-de-campo Fernandes Vieira e para dar nos lados do inimigo o capitão-mor Camarão, de uma parte e da outra o governador Henrique Dias. Dada a primeira carga, em ambas as partes, investimos à espada, rompendo ao inimigo todos os seus batalhões”.

Os Terços de Fernandes Vieira e de Filipe Camarão atacaram na baixada os regimentos de von Schkoppe, Adolph van Els e Servaes Carpentier, que, falecendo em combate vem a ser substituído por Keerweer, que constituíam uma brigada, enquanto o Terço de Henrique Dias investira contra os regimentos de Brinck e Hauthyn postados no alto do monte.

Dada a primeira descarga, os soldados comandados por Henrique Dias, passaram a usar da arma branca em combate corpo a corpo, conseguindo romper as fileiras do inimigo, que, recuando para o outro lado do monte, deixaram para trás as peças de artilharias, munições e caixas do dinheiro, que seria usado



Detalhe do retrato do Almirante Henrique Cornélio Lonck (1568-c. 1637), pintado por Isaac Mijntens.

Nas guerras bráslicas os ensinamentos do monarca sueco Gustavo Adolfo, com a formação dos batalhões em quadriláteros, pouco eram utilizados

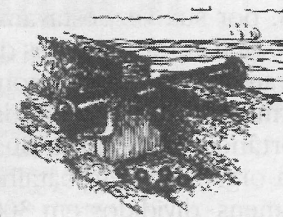
como se tem visto nas refregas que com eles temos tidos e como ainda se vê diariamente nos encontros que temos com eles a cada momento. Resistem muito bem agora de pé firme e logo que descarregam suas espingardas atiram-se sobre os nossos, para se baterem corpo a corpo. Sabem também armar emboscadas em lugares e passos apropriados e vantajosos, fazer sortidas dentro do mato e, em geral, produzir muito mal aos nossos. Quanto às armas estão bem munidos, sabem muito bem servir-se delas, e no tocante às suas qualida-

tapuias que acompanhavam as tropas holandesas e que lutavam à maneira dos luso-brasileiros. O seu comandante, junto com alguns, conseguiu escapar, restando 47 soldados, que foram, imediatamente, degolados, e mais sete prisioneiros, logo enforcados por ordem de von Schkoppe.

Neste local os holandeses fizeram uma parada, pernoitando na leitaria de Antônio Cavalcanti [na altura da igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem], enquanto aguardavam a chegada de cinco peças de artilharia que haviam feito conduzir pelo rio Tejipió.

situar em troços, em uma baixa e planície que está ao pé do último monte, que vulgarmente chamam Outeiro”, distante três léguas do Arraial Novo e uma légua da Muribeca. Restava ao inimigo uma passagem de pouco mais de cem passos de largo, cerca de cem metros, entre o monte e um terreno alagadiço que o contornava. Estacionavam assim os luso-brasileiros, escondidos entre a vegetação e o manguezal, “em sítio acomodado, não só para reprimir o ímpeto do inimigo, mas ainda para destruí-lo”.

No domingo, 19 de abril, saiu von Schkoppe com as suas tropas da Barreta em direção à povoação da Muribeca, sendo molestado por escaramuças após uma hora de marcha, o que obrigou as tropas galgar os montes Guararapes deixando os nossos em desvantagem. No testemunho presencial de Diogo Lopes Santiago:



Continua

no pagamento das tropas. Vislumbrando a vitória, com a fuga do inimigo imediato, entregaram-se, então, ao saque descuidando-se do combate. No êxtase de que estavam tomados, não se aperceberam do contra-ataque holandês partido de um regimento de reserva, sob o comando do coronel Hendrick van Haus, que, por pouco, não viria decidir a sorte da batalha. Nesta refrega, o coronel Haus é ferido mortalmente, o que obrigou o deslocamento das tropas de Cornelis van der Brande, que, retomando a artilharia anteriormente conquistada, viria causar muito estrago entre as nossas forças se não fosse a imediata intervenção de Barreto de Menezes que enviou, em socorro aos homens de Henrique Dias, parte do terço comandada por André Vidal de Negreiros.

Na interpretação dos fatos, comenta o major Antônio de Souza Júnior:

“Verdadeiramente apavorados diante do ímpeto ofensivo dos patriotas, que se serviam de preferência, de arma branca e buscavam o combate corpo a corpo, os holandeses foram lançados sobre os terrenos alagadiços no sopé dos montes e aí postos fora da luta, na maioria atolados no brejo ou derrubados por certos golpes de espada.”

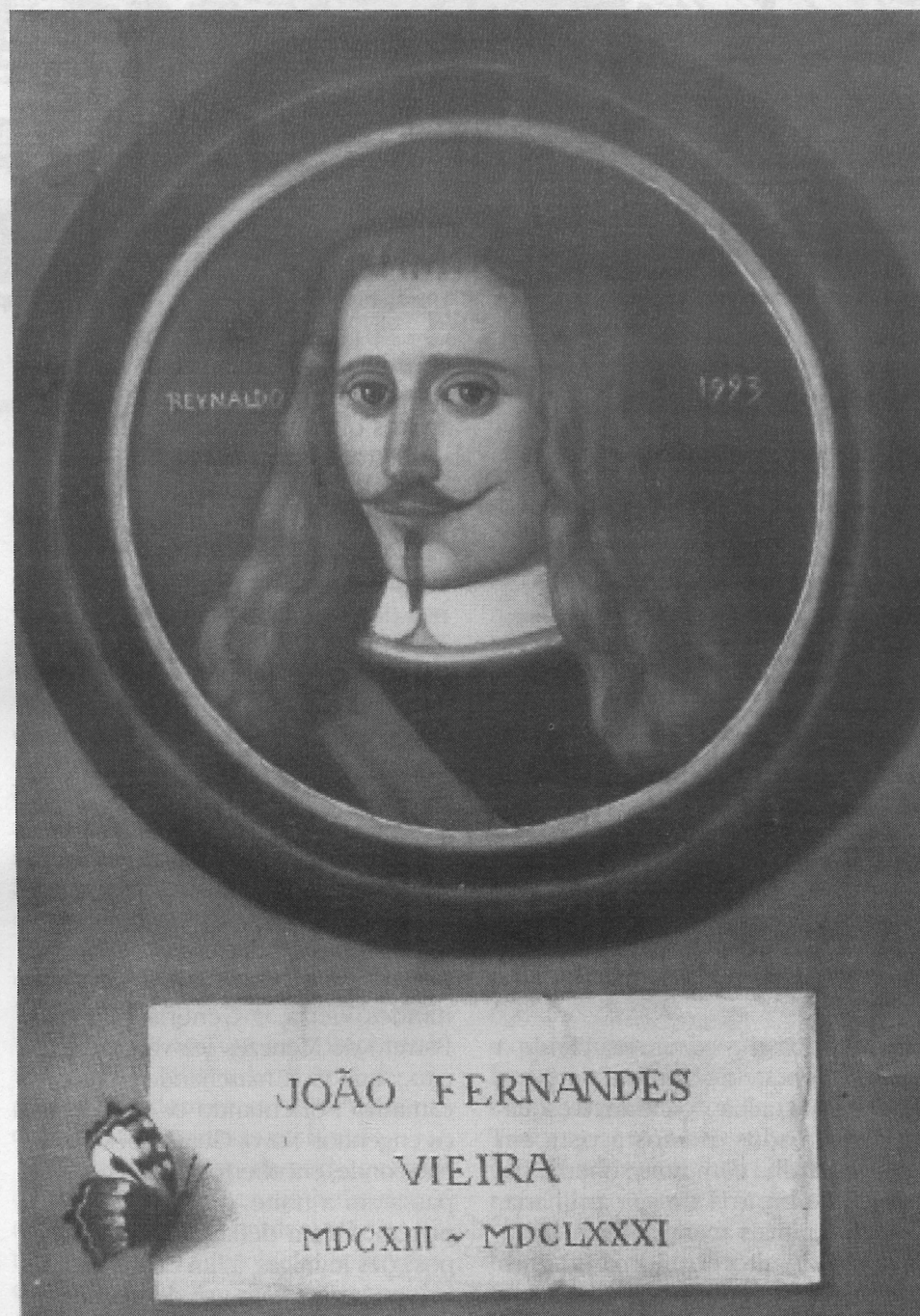
Interpretação bem de acordo com o relatório de von Schkoppe que, ferido no artelho, foi uma simples testemunha dos fatos desenrolados em Guararapes:

“Os nossos quiseram passar o alagado, pensando que havia solo firme, mas foram obrigados a retroceder; o inimigo vendo que os nossos com grande desordem se retiravam em direção à direita, sem mosquete, lança, espada ou algo para enfrentá-lo caiu sobre os nossos por detrás com grande fúria e encerrou os que estavam no alagado e não puderam resistir e daí resultou terem ficado tantos oficiais e soldados. Dominada a desordem, coloquei a tropa novamente no alto do monte e verifiquei que o total de nossa força tinha sofrido baixa de mais de 1500 homens, dos quais alguns tinham fugido para a Barreta e outros tinham conduzido uma boa parte dos oficiais para a Barreta. Eu tinha sido, muito tempo antes deste encontro, ferido e como estava muito enfraquecido com grande perda de sangue do meu ferimento, dei ordem ao major Claesz (Tonis) para avisar ao coronel (Cornelis) van der Brande que se mantivesse nos montes que ocupávamos e se retirasse com a noite, em boa ordem, para a leitaria (de Antônio Cavalcanti).”

No amanhecer do dia 20 de abril, foram encontrados no campo da batalha, 33 bandeiras e estandartes, duas peças de artilharia em bronze, armas das mais diversas, muita pólvora, cunhetes de balas, alfaias, animais domésticos, algemas e grilhões diversos, uma

grande quantidade de moedas em ouro, mantimentos e até uma sortida farmácia. Nas baixas do exército holandês, segundo minucioso relatório incluído pelo major Antônio de Souza Júnior em Do Recôncavo aos Guararapes (op. cit.), figuravam 523 feridos e 515 outros, entre mortos e prisioneiros, dos quais 46 oficiais. No confronto perderam as vidas os coronéis Hendrick van Haus, Cornelis van Elst e Servaes Carpentier, ficando feridos o general van Schkoppe e coronel Guilherme Houthain. O coronel Pedro Keerweer que sucedera o coronel Carpentier, fora dado por desaparecido nos

As tropas luso-brasileiras chegaram a Guararapes “no sábado, à tarde, e pelas 10 horas da noite se acabaram de situar em troços, em uma baixa e planície que está ao pé do último monte, que vulgarmente chamam Outeiro”, distante três léguas do Arraial Novo e uma légua da Muribeca



João Fernandes Vieira, um dos líderes nas lutas contra os holandeses, em retrato de Reynaldo Fonseca.

relatórios holandeses, muito embora, na verdade, se encontrava como prisioneiro de João Fernandes Vieira.

Do lado dos luso-brasileiros foram computados 84 mortos, incluindo-se os que perderam a vida no combate da estância da Barreta, e mais de 400 feridos.

Em seus comentários, o major Antônio de Souza Júnior diz que “a primeira Batalha dos Guararapes, estudada no quadro de sua época e guardadas as proporções, é um grande acontecimento militar, digno de

figurar com realce entre os que deram renome de grandes capitães a Gustavo Adolfo, Turenne e outros chefes militares do século XVII”.

A vitória dos Guararapes nesse dia não foi, portanto, obra fortuita dos acontecimentos, mas o resultado da ação vigilante e decidida dos chefes, da bravura e espírito combativo dos soldados que constituíam aquele indomável exército de patriotas.

Durante quase um ano, os holandeses permaneceram recolhidos ao Recife e a outros locais da costa, enquan-

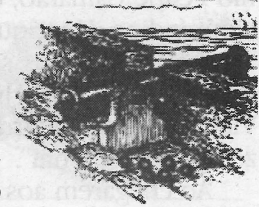
to os luso-brasileiros se transformavam em senhores das vias de comunicação com o interior. Sitiados em terra, os invasores valeram-se do mar, onde a sua esquadra continuava a causar danos às embarcações portuguesas e a realizar contínuas incursões na costa da África e no recôncavo baiano.

Do lado dos luso-brasileiros foi de grata surpresa a chegada, em 4 de agosto de 1648, ao Arraial Novo do Bom Jesus [hoje, Torrões], de 300 infantes do Terço das Ilhas, sob o comando do Mestre de Campo Francisco Figueiroa, munidos de armamento moderno; conforme observa o Relatório do coronel Miguel van Goch ao Conselho de Governo: “as espingardas do inimigo alcançavam mais longe do que as nossas e que o inimigo estava armado de arcabuzes compridos e de meio croque”.

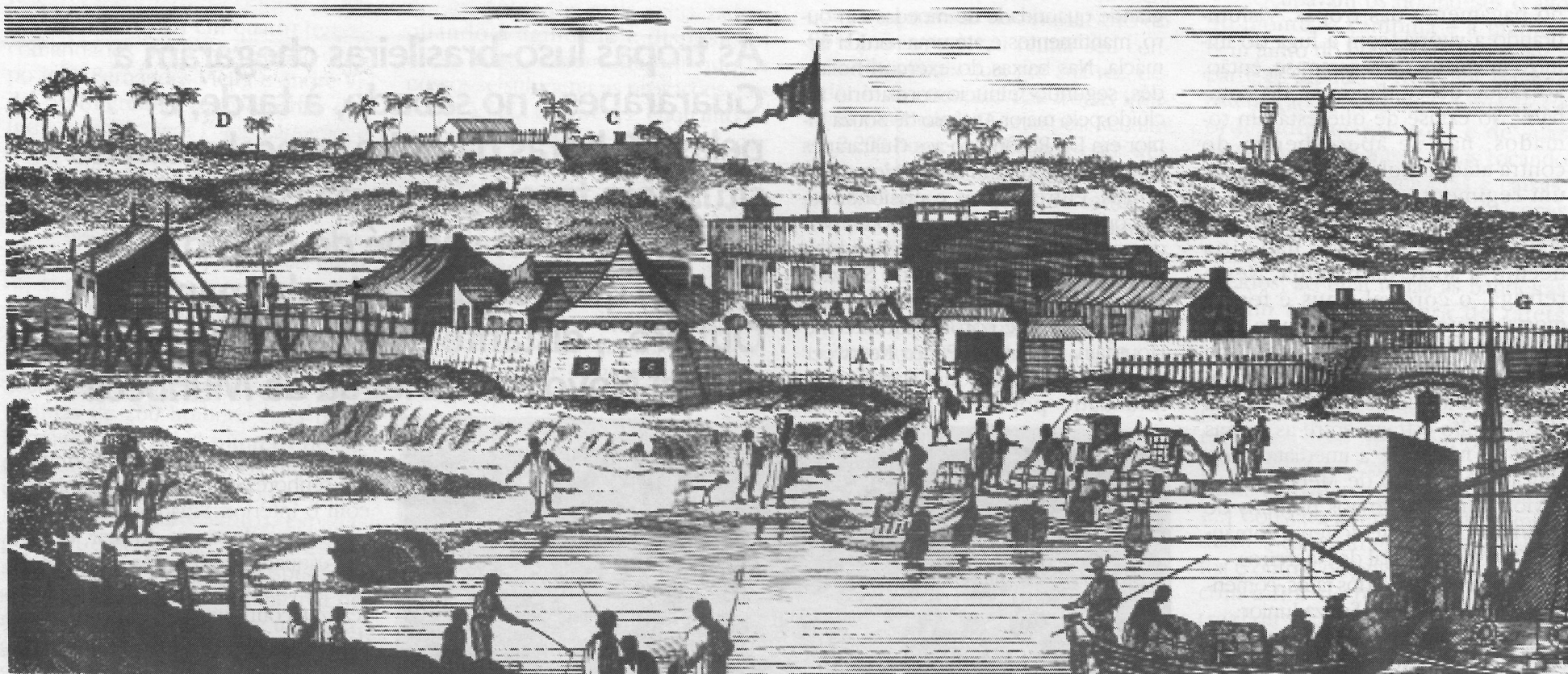
No Recife, curando-se do ferimento recebido no artelho quando da primeira batalha, o General Sigismundo von Schkoppe era da opinião que se armasse uma esquadra para tomada da praça do Rio de Janeiro, vez as poucas possibilidades de rompimento do cerco feito pelos luso-brasileiros em Pernambuco. Opinião contrária, porém, veio a ser tomada pelo Conselho Holandês que preferiu reunir um exército, sob o comando do tenente-general Johan van den Brincken e assim enfrentar por Francisco Barreto de Menezes.

Para isso, na noite de 17 de fevereiro de 1649 um exército de 3.510 homens, sob o comando do Tenente General Johan van den Brincken saiu do Recife em direção aos Afogados, onde cruzou o rio e marchou para a Barreta [terras que hoje correspondem às de Boa Viagem], em busca dos Montes Guararapes, ao som de “muitas trombetas, clarins e caixas”.

Os regimentos holandeses eram comandados pelo tenente general Johan van den Brincken e coronéis Gervásio Carpentier, Guilherme de Houthyn, Cornélio



Continua



Vista da Ilha de Itamaracá, no tempo do domínio holandês em Pernambuco, segundo desenho copiado pelo pintor Manoel Bandeira, a partir da estampa original do artista Arnoldus Montanus (1671).

van Elst, Cornelis van den Brande. A esse contingente foram acrescentados “duzentos índios destros na milícia”, sob o comando do chefe Pero Poti, que veio a ser preso e enviado à Lisboa, no final da batalha, e duas companhias de negros, além de 250 marinheiros, seis canhões e doze bandeiras (eram 61 na primeira batalha).

Traziam na vanguarda muita quantidade de soldados com chuços e piques, e outros que vinham nas frentes dos esquadrões para reprimirem os nossos quando os investissem à espada, e imaginaram que com este ardid e estratégia, com muita facilidade rebateriam as espadas dos portugueses; mas, como dissemos, manifestamente se enganaram porque as espadas dos nossos lhes romperam os chuceiros e piqueiros, e a eles desbaratarem e mataram.

Na manhã do dia 18, a notícia chegou ao Arraial Novo do Bom Jesus, e logo se reuniu um exército de 2.600 homens “de todas as castas”, sob o comando do General Francisco Barreto de Menezes, que marchou em busca do inimigo. Segundo Diogo Lopes Santiago, a força estava assim distribuída: “o mestre de campo Francisco Figueiroa, a quem tocava a vanguarda, com trezentos homens que se achavam no seu terço; o mestre de campo André Vidal de Negreiros com outros trezentos; D. Diogo Pinheiro Camarão que sucedeu no cargo a D. Antônio Felipe Camarão, com trezentos e vinte índios; Henrique Dias com trezentos e trinta dos seus soldados; o mestre de campo João Fernandes Vieira, na retaguarda, com mil trezentos e cinquenta”.

Ao chegarem aos Guararapes, pelas quatro da tarde, já lá se encontra-

Nas baixas do exército holandês, segundo minucioso relatório do major Antônio de Souza Júnior, figuravam 523 feridos e 515 outros, entre mortos e prisioneiros, dos quais 46 oficiais

vam as tropas invasoras, ocupando a baixa e o boqueirão onde acontecera a primeira batalha, “com nove esquadrões formados, postos a vista em som de batalha com uma soberba ostentação e bizarria de sua artilharia, bandeiras e mais aparatos de guerra”.

Fazendo alto no morro do Oitizeiro, onde se formou a cavalaria sob o comando do capitão Antônio da Silva, auxiliado pelos capitães Domingos Gomes de Brito e Manuel de Araújo, as tropas luso-brasileiras fizeram uma parada a fim de escutar o conselho de guerra. Depois de dois pareceres, dos mestres de campo André Vidal de Negreiros e Francisco Figueiroa, de que o ataque deveria pela frente, o general Francisco Barreto de Menezes preferiu esperar pela chegada do mestre de campo João Fernandes Vieira, que viera na retaguarda, a fim de ouvir a sua opinião.

Ao chegar, mostrou-se Vieira favorável ao ataque pela retaguarda,

mostrando os inconvenientes de um assédio frontal, por caminhos tão estreitos que “apenas podiam ir quatro a quatro homens em fileira, e que estando o inimigo, como estava, senhor do melhor posto, terreno e da eminências dos montes, com pouco trabalho poderia destruir ou ao menos derrotar a nossa gente”. Pelo adiantado da hora, já não haveria sítio para acomodar a infantaria, que necessitava de água e lenha, “que iam os soldados mui sequiosos [...] e que era justo que quando lhes faltava o comer lhes não faltasse a água e que, buscando pela retaguarda, havia água e lenha para acomodar o exército [...] e que pela dita retaguarda havia terrenos de onde a infantaria com menos trabalho poderia pendenciar”.

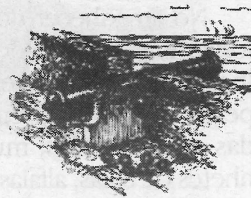
Aceitando o parecer de João Fernandes Vieira, o General Francisco Barreto de Menezes fez voltar o exército, “que já ia marchando por outro caminho”, orientando os terços para os engenhos Novo, Guararapes e Barachos onde, encobertos pelos canaviais, passaram a noite. Algumas partidas, porém, foram deflagradas contra as posições inimigas, a fim de molestá-las no seu moral, como se depreende do relatório holandês: “essa noite o inimigo fez apenas um falso alarme: nossas tropas imediatamente tomaram as armas para esperá-lo; no entanto ele não se apresentou nessa ocasião”.

Ao amanhecer do dia 19 de fevereiro, uma surpresa vislumbrou-se perante os exércitos da Companhia das Índias Ocidentais. Os luso-brasileiros haviam contornado o campo de batalha e se apresentavam, como no ano anterior, ao sul e não ao norte dos montes Guararapes, como estavam sendo esperados. Segundo esclarece o Major Antônio de Souza Júnior, “os holandeses, defendendo as

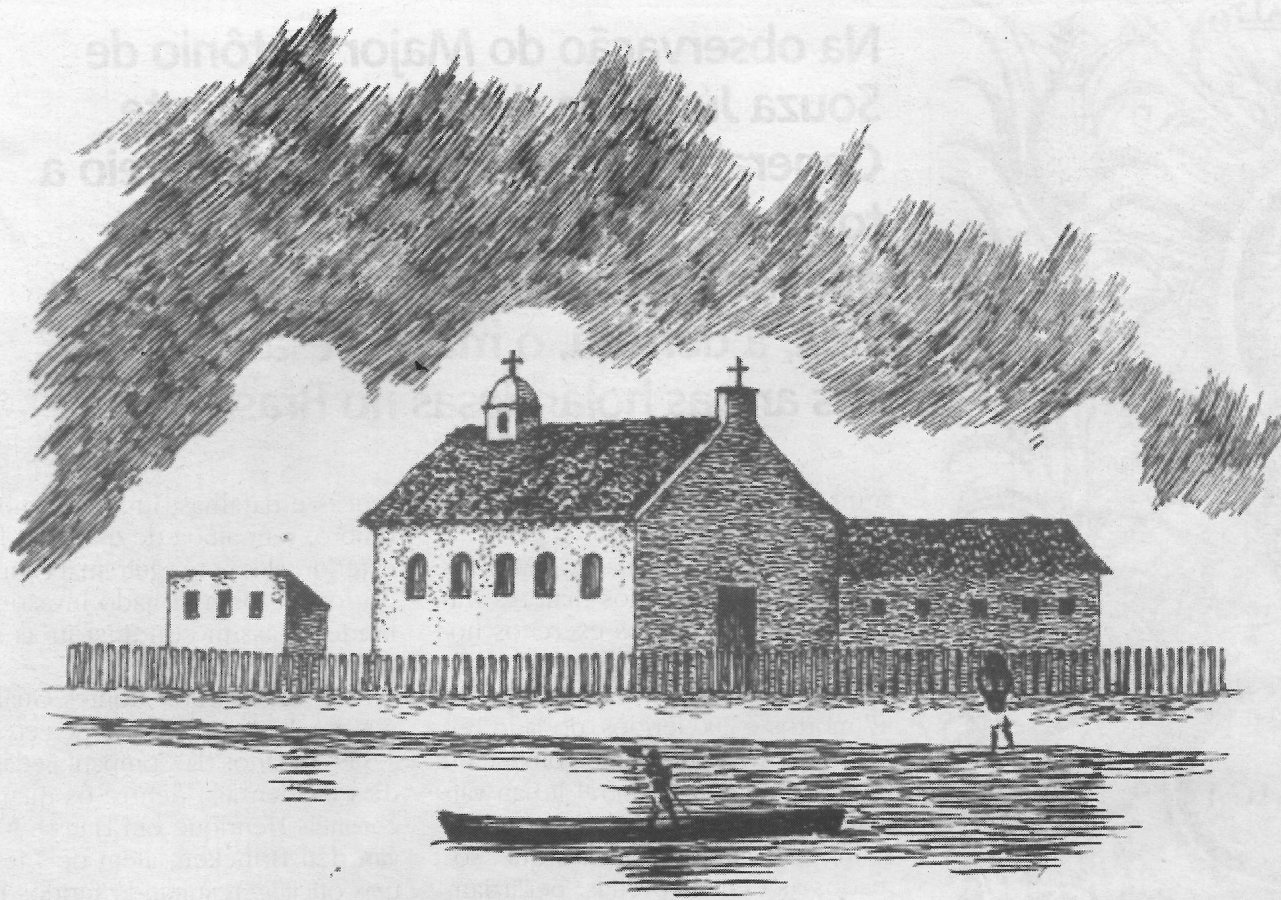
passagens dos montes e ainda forçados pelo terreno, tinham-se colocado num dispositivo análogo ao tomado no ano antecedente: o corpo da batalha, constituídos pelos Regimentos Brinck e Carpentier, formou na baixada; a vanguarda, com os Regimentos do Tenente-General e do Coronel Hauthyn, e a retaguarda, com os Regimentos dos Coronéis Van den Brande e Van Elst, ocupavam os montes, num dos flancos. O flanco sul estava, como da outra vez, coberto ou protegido pelo tremedal [pântanos]”.

Nessas posições permaneceram os dois exércitos, até o início da tarde, observando-se sem qualquer iniciativa de confronto. Os holandeses ocupando o alto dos montes, sofrendo assim no descampado sob o sol causticante (“O sol em Pernambuco leva dois sóis, / sol de dois canos, de tiro repetido;...” lembra o poeta João Cabral); enquanto os luso-brasileiros, em grupos, permaneciam escondidos dispersos pelos canaviais e matas do Engenho Guararapes, bem próximos das fontes de água, “de onde avistavam os holandeses e podiam acompanhar-lhes os movimentos”. — Leve-se em conta, ao descrever o quadro das circunstâncias, a alimentação das tropas holandeses, quase sempre constituída de conservas, toucinho, carne salgada e vinho, o que viria contribuir para o aumento “da sede mortificante, naqueles montes ‘desertos, sem sombra e sem água’”.

Mais uma vez se confirmava a observação de Vieira, “era justo que



Continua



Desenho de Manoel Bandeira, copiado de gravura antiga, mostra a capela de Santo Antônio, em 1630, data da chegada dos holandeses a Pernambuco.

quando lhes faltava o comer lhes não faltasse água”....

Assim permaneceram os exércitos, até às três da tarde, sem que os luso-brasileiros abandonassem os seus redutos, enquanto os holandeses sofriam com o sol e a sede, como observa o relatório do Coronel Miguel van Goch antes citado:

“Tendo tomado em consideração que o inimigo não seria facilmente seduzido para nos dar combate, visto conservar-se obstinadamente em suas posições vantajosas no mato, e por detrás dos pântanos, e que as nossas tropas ficando sobre os montes, que são desertos, sem sombra e muito longe d’água, seriam extremamente fatigadas e enfraquecidas, procedeu-se à convocação dos chefes da expedição [Tenentes-Coronéis e Majores] para deliberarem juntamente sobre o que haveria de fazer-se nessa circunstância, e todos por unanimidade opinaram que não se devia aconselhar conservar as tropas ainda por mais tempo no alto dos montes, com a esperança incerta de chamar para lá o inimigo, e que por consequência as tropas deviam retirar-se antes que os embornais ficassem inteiramente vazios e os soldados inteiramente esgotados pelo calor excessivo.”

Segundo o documento holandês, antes citado, desejavam os chefes “tomar o caminho pelas várzeas, atravessando os Afogados e acampar o exército lá para fazer todo o mal ao inimigo, tanto em torno desses distritos como de qualquer outra forma”. Para efetuar o seu plano, informa o documento, “podias aproveitar a noite para descer dos montes, sem barulho de tambores e com toda tranqüi-

lidade; mas a maioria dos outros chefes consultantes sustentou que tendo essa expedição começado com o fim de dar batalha ao inimigo, seria bem contrário à reputação e honra do exército retirar-se durante a noite, como se tivesse medo e que o nosso exército não podia agüentar-se nas várzeas, onde aliás, não havia modo de fazer mal ao inimigo; — assim, depois de madura deliberação e exame das razões alegadas, de parte a parte, decidiu-se descer dos Montes Guararapes e retirar-se até a Leiteria onde o exército poderia acampar essa noite”.

Na observação do Major Antônio de Souza Júnior, a decisão do Tenente General Johan van den Brincken veio a tornar-se “um erro imperdoável, que lhe custou bem caro: a própria vida, a derrota, o maior desastre das armas holandesas no Brasil”.

Eram três horas da tarde quando os diversos Regimentos holandeses desceram “em boa ordem dos montes, conforme a resolução sobredita, e com o fim mencionado, seguindo ao largo do sopé dos montes até o mato”, segundo descreve o Coronel Miguel van Goch:

“Aí fez alto o Regimento de Carpentier, que formava a vanguarda e era comandado pelo Tenente Coronel Lobbrecht; depois chegou a artilharia com uma companhia de fuzileiros em cada flanco, sendo os do Coronel Brinck e depois o próprio Regimento do Coronel Brincken; seguiram-se então o Regimento do Coronel Hauthyn e o Tenente General comandados pelo Tenente Coronel Claes e formando o corpo de batalha, mas fazendo serviço de retaguarda,

até que os dois Regimentos dos coronéis Van den Brande e Van Elst, que tinha o seu encargo de continuar o caminho pelo cimo dos montes a fim de não abandonar inteiramente a nossa vantagem, tivessem executado sua retirada até o fim.”

Ao tomar conhecimento da retirada das tropas holandesas, desfazendo assim a sua formação inicial de combate, os luso-brasileiros, aproveitando-se desse erro estratégico, resolvem atacar com toda a fúria recolhida no exato momento em que “os Regimentos de Hauthyn e do Tenente General desciam do monte grande para seguir a vanguarda na terra baixa [...] As cinco companhias, comandadas pelo capitão Tenbergen e que formava a retaguarda, voltaram frente a retaguarda imediatamente e começaram a ação com o inimigo. Tanto quanto pude julgar fizeram o seu dever convenientemente; mas repelidas vivamente pelo inimigo viam-se obrigadas à retirada. Nesse ínterim, os regimentos do Tenente General e de Hauthyn voltaram-se igualmente, achando-se separados em duas divisões, a primeira comandada pelo Coronel Hauthyn, que avançou pela direita até bem perto do inimigo, e que deixando aí os mosqueteiros atirou-se com as lanças do corpo de batalha sobre o inimigo; mas então o inimigo a cavalo acudiu, lançou por terra uma parte das lanças e repeliu o dito Coronel, que, ferido, teve de retirar-se para o flanco do monte”.

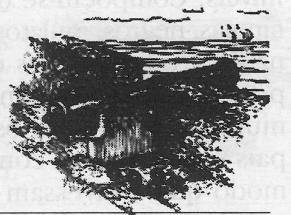
Analisando o documento holandês, em comparação com a narrativa de Diogo Lopes Santiago, conclui o Major Antônio de Souza Júnior:

Ao chegarem aos Guararapes, pelas quatro da tarde, já lá se encontravam as tropas invasoras, ocupando a baixa e o boqueirão onde acontecera a primeira batalha

“Enquanto Vieira, na baixada, entrava no boqueirão e repelia o inimigo, causando-lhe pesadas perdas, Vidal de Negreiros, por sua vez, acossava os holandeses no alto do monte e infligia-lhes muitas baixas. Parece que Vieira, Henrique Dias e Diogo Camarão enfrentavam, na terra baixa e na ladeira do monte, os Regimentos do Tenente General [Johan van den Brincken] e dos coronéis Hauthyn, Brinck e Carpentier, ao passo que Vidal de Negreiros, Francisco Figueiroa, Antônio Dias Cardoso e a Cavalaria de Antônio da Silva, pelas alturas, atacavam e punham em debandada os Regimentos dos Coronéis van den Brande e van Elst.”

Conclui Diogo Lopes Santiago, que após duas ou três horas de luta titânica, sem quartel, Vieira “se foi unir e incorporar com André Vidal de Negreiros, Francisco Figueiroa e Antônio Dias Cardoso, e todos juntos foram apertando com o inimigo de tal sorte que o fizeram precipitar e despenhar por aquelas barrocas e grutas dos montes Guararapes, donde lhe fizeram grande estrago e mortandade, com que estava já toda aquela campanha dos altos e baixos dos montes lastrada e juncada de corpos mortos do inimigo, que era uma cousa horrenda e espantosa de ver tanta mortandade, tantas e tão espantosas feridas, tantos corpos sem cabeças, braços, pernas, uns já mortos, outros agonizando e lutando com a morte, outros revolvendo-se em sangue e muitos urrando e gritando com as ânsias e agonias mortais, não poucos dando e exalando o último suspiro”.

O cenário realístico, pintado com cores vivas pelo cronista português, está bem de acordo com o relatório do oficial holandês, quando analisa a maneira de lutar das forças luso-brasileiras:



Continua



Folha-de-rosto do livro "Nova Lusitânia – História da Guerra Brasília", de Francisco de Brito Freyre.

“Em referência ao combate acima relatado, observei principalmente duas particularidades que, em minha opinião, merecem bem atenção: em primeiro lugar, as tropas do inimigo saindo do mato e por detrás dos pântanos e de outros lugares tinham a vantagem da posição, atacavam sem ordem e em completa dispersão e aplicavam-se a romper diferentes quadrados. Em segundo lugar, as tropas do inimigos são ligeiras e ágeis de natureza, para correrem para diante ou se afastarem, e por causa de sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país e também de portugueses e italianos, que têm muita analogia com os naturais do país quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão

numerosos aqui e descem tudo isso com uma rapidez e agilidade verdadeiramente notáveis. Nós, pelo contrário, combatemos em batalhões formados como se usa na mãe pátria, e nossos homens indolentes e fracos, nada afeitos à constituição do país; disso resulta que essas espécies de ataque com armas de fogo, como acima se trata, devem inevitavelmente tem bom resultado, e que rompendo nossos batalhões e pondo-os em fuga, matando-nos um maior número de soldados em perseguição do que teriam feito em combate mesmo. [...] Além disto as peças de artilharia de campanha não podendo ser apontadas sobre bandos ou grupos dispersos, tornam-se inteiramente inúteis, ou para melhor dizer, transformaram-se em verdadeiras charruas para o nosso exército, sem contar uma multidão de outros inconvenientes,

Na observação do Major Antônio de Souza Júnior, a decisão do Tenente General Johan van den Brincken veio a tornar-se “um erro imperdoável, que lhe custou bem caro: a própria vida, a derrota, o maior desastre das armas holandesas no Brasil”

muito numerosos para serem aqui apontados.”

A segunda batalha dos Montes Guararapes foi um dos maiores fracassos da história dos exércitos holandeses. Enquanto as perdas do lado luso-brasileiro foram computadas em 47 mortos e 200 feridos, do lado holandês perderam à vida o comandante geral, Tenente General Johan van den Brincken, o Vice-Almirante Gieseling e 101 outros oficiais que, somados as demais perdas, perfaziam um total de 1.044 mortos e mais de 500 feridos.

“E foram tomadas muitas armas de fogo e grandíssimas quantidade de chuços e piques, de que vinham bem armados e providos contra as nossas espadas; porém não foram de nenhum efeito”. No amanhecer no dia seguinte, relata o cronista, foram recolhidas no campo da batalha “dez bandeiras, seis canhões, muita pólvora, balas, munições e toda a mais bagagem, onde vinha muito de comer, com que se alentaram os nossos soldados”.

Foi a Guerra da Liberdade Divina, como fora chamada a Insurreição Pernambucana eclodida, em 1654, um movimento surgido à revelia da própria Coroa Portuguesa, da parte dos moradores de Pernambuco, destinado a expulsão dos holandeses do território compreendido entre o Rio São Francisco e a capitania do Maranhão.

Antes de Guararapes os nascidos no Brasil, mesmo quando filhos de portugueses, eram simplesmente chamados de mazombos. O gentílico brasileiro, do qual tanto nos orgulhamos, é fruto desses nossos ancestrais que a custa do seu sangue, de suas vidas e de suas fazendas lançou as sementes de nossa nacionalidade.

Foi no calor da “guerra brasílica”, assim chamada para denominar a ampla utilização dos métodos e táticas de guerrilhas, até então desconhecidos dos exércitos europeus, que pela primeira vez mazombos e reinóis, índios brasileiros, negros de nação, crioulos e mulatos, formaram os seus terços e juntos lutaram pela restauração desta terra.

Movidos pelo mesmo ideal, participando das mesmas tocaias, escara-

muças e batalhas, lutando ombro a ombro, sem ajuda de qualquer força exterior, eles conseguiram a expulsão do forte e bem armado invasor holandês e assim conquistou as suas próprias fronteiras.

As batalhas dos Montes Guararapes resultaram na morte de cerca de 1.559 soldados da Companhia das Índias Ocidentais, dentre os quais os coronéis Henrique van Haus e Johan van den Brincken, além de 146 outros oficiais, resultando feridos muitos outros, dentre eles o próprio comandante-em-chefe das tropas flamengas, Sigismundo von Schkoppe, que teve um dos seus artelhos trespassado por uma bala.

As duas vitórias dos exércitos insurretos vieram despertar a confiança na vitória sobre os holandeses, inclusive na Coroa Portuguesa cujo rei, D. João IV, mostrava-se propenso a aceitar o parecer do padre Antônio Vieira em seu Papel Forte datado de 14 de março de 1646. Nas suas recomendações o religioso aconselhava ao monarca trocar os territórios ocupados no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais em favor de uma paz duradoura com a Holanda, acusando “o levantamento de Pernambuco de obedecer somente ao desejo dos moradores de não pagarem o muito que deviam aos holandeses” (Oliveira Lima). A fim de reconquistar Pernambuco, criou-se em 1649 a Companhia de Comércio, em oposição à Companhia das Índias Ocidentais, com o objetivo de reunir recursos de particulares com a finalidade de montar uma grande frota destinada a bloquear o porto do Recife.

Sós, contando contra si com a apatia real, os mazombos (como eram então denominados os nascidos no Brasil de pais portugueses), reinóis, índios brasileiros, negros de nação, crioulos e mulatos, já unidos sob o mesmo ideal da Insurreição Pernambucana, continuaram a luta “à custa do nosso sangue, vida e



Continua



Detalhe de vista da cidade Maurícia, detalhada e assinada por Frans Post (1657). Vêm-se casas portuguesas e holandesas (com frontões em escadinhas).

fazendas", como vieram proclamar posteriormente.

A luta continuou, o invasor holandês, após a segunda batalha dos Montes Guararapes, terminou isolado no Recife, Maurícia, Itamaracá e alguns pontos da costa. O interior e os meios de produção da capitania estavam nas mãos dos da terra, o que vinha diminuir o moral das tropas mantidas pela Companhia das Índias Ocidentais.

Em 20 de dezembro de 1653, aparece na costa de Pernambuco a frota anual da Companhia de Comércio do Brasil, composta de 64 navios, sob o comando do general Pedro Jaques Magalhães e do almirante Francisco de Brito Freyre, que, mais tarde, veio escrever o importante livro *História da Guerra Brasileira*, chegando a ser governador de Pernambuco (1661-1664). Atendendo convite dos insurretos pernambucanos, os dois comandantes vieram à terra e, em reunião na praia do Rio Doce, onde se encontrava presente o Conselho do general Francisco Barreto de Menezes, na noite do dia 25, decidiram, acatando os conselhos de João Fernandes Vieira, participar do bloqueio da costa do Recife e Olinda, enquanto as tropas de terra deflagravam o ataque final.

Coube a Fernandes Vieira, no depoimento de Diogo Lopes Santiago, conseguir os mantimentos necessários para os exércitos de terra, de modo que, já a 15 de janeiro de 1654, fora iniciado o ataque ao forte das Sa-

linas, em Santo Amaro, pelas tropas de André Vidal de Negreiros, seguindo-se da tomada do forte de Altenar, ao mesmo tempo que os índios ocupavam os fortes do Buraco, do Brum e dois outros na Barreta, abandonados pelos holandeses. Em 20 de janeiro, é a vez do forte Príncipe Guilherme, nos Afogados, e Cinco Pontas, refugiando-se as tropas de Sigismundo van Schkoppe dentro das trincheiras que cercavam Maurícia e o Recife.

No depoimento de Diogo Lopes Santiago, testemunha presencial da guerra com a Holanda:

"vendo-se o inimigo tão apertado e vendo as resoluções tão notáveis com que se escalavam e rendiam as fortalezas, estava embaraçado e admirado de ver o estilo; e não havia soldado flamengo que quisesse tomar armas, nem tinha vontade de pelear."

Sitiados no Recife e em Maurícia, impedidos de receber alimentação e até água, o Governo do Brasil Holandês resolveu enviar embaixada que encontrou-se com os nossos às 9 horas do dia 24 de janeiro, com as condições de rendição que, após apreciadas pelo Alto Comando do Mestre de Campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, com assistência de dois teólogos, fizeram os necessários acréscimos e as devolveram aos chefes holandeses no domingo 25 de janeiro.

O Governo do Brasil Holandês, então sob o comando do General Si-

Com a expulsão definitiva dos holandeses do Brasil, criou o imaginário nativista da gente pernambucana o chamado "Panteão Restaurador"

gismundo von Schkoppe, resolveu capitular na noite de 26 de janeiro de 1654, após negociações que tiveram 62 horas de duração.

No documento de rendição, comprometia-se entregar o Recife, Maurícia e de todas as fortalezas em poder dos holandeses no Brasil, com suas peças de artilharia e munições; rendição de 1.200 soldados da guarnição com honras militares, devendo posteriormente embarcar livremente para a Holanda com seus bens móveis e provisões para viagem; anistia aos portugueses e judeus que se encontravam do lado dos invasores, anistia aos negros em igual condição e liberdade para os holandeses que preferissem se estabelecer em Pernambuco.

Segundo bem demonstra José Antônio Gonsalves de Mello, o texto

final com os artigos referentes aos judeus, índios como as "condições sobre a milícia e cousas tocantes a ela"..., veio a ser assinado, na campanha do Taborá, às 11 horas da noite do dia 26 de janeiro de 1654, após transcorridas 62 horas de negociações. O local da rendição foi identificado pelo mesmo autor como sendo a Porta Sul de Maurícia, a Porta de Santo Antônio dos documentos portugueses, localizada nas proximidades da atual igreja do Divino Espírito Santo.

Ao ocupar na mesma noite a cidade Maurícia e o Recife, João Fernandes Vieira recebeu a rendição das tropas holandesas, recolhendo todo o armamento aos armazéns, ficando de posse das 73 chaves, no testemunho de Diogo Lopes Santiago, que vieram a ser entregues ao General Francisco Barreto de Menezes, após a sua entrada triunfal no Recife, na tarde do dia 28, quando fora recebido com todas as honras pelo comandante holandês Sigismundo van Schkoppe.

Com esta capitulação, foram entregues pelos holandeses não somente as praças do Recife e Maurícia, mas todos os redutos até então ocupados na Ilha de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, rendição definida pelo Barão do Rio Branco "como a mais importante que registra a História Militar na América do Sul".

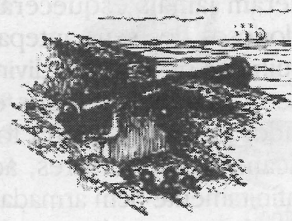
É do mesmo padre Antônio Vieira, em sua *História do Futuro* (Lisboa 1976, 2 v.), este comentário:

Após uma aventura que lhe custara apenas sobressaltos, eis que o Rei de Portugal se vê presenteado com três cidades, oito vilas, catorze fortalezas, quatro capitânicas, trezentas léguas de costa e lhe desafogaram o Brasil, franquearam seus portos e mares, libertaram seus comércios e seguraram seus tesouros.

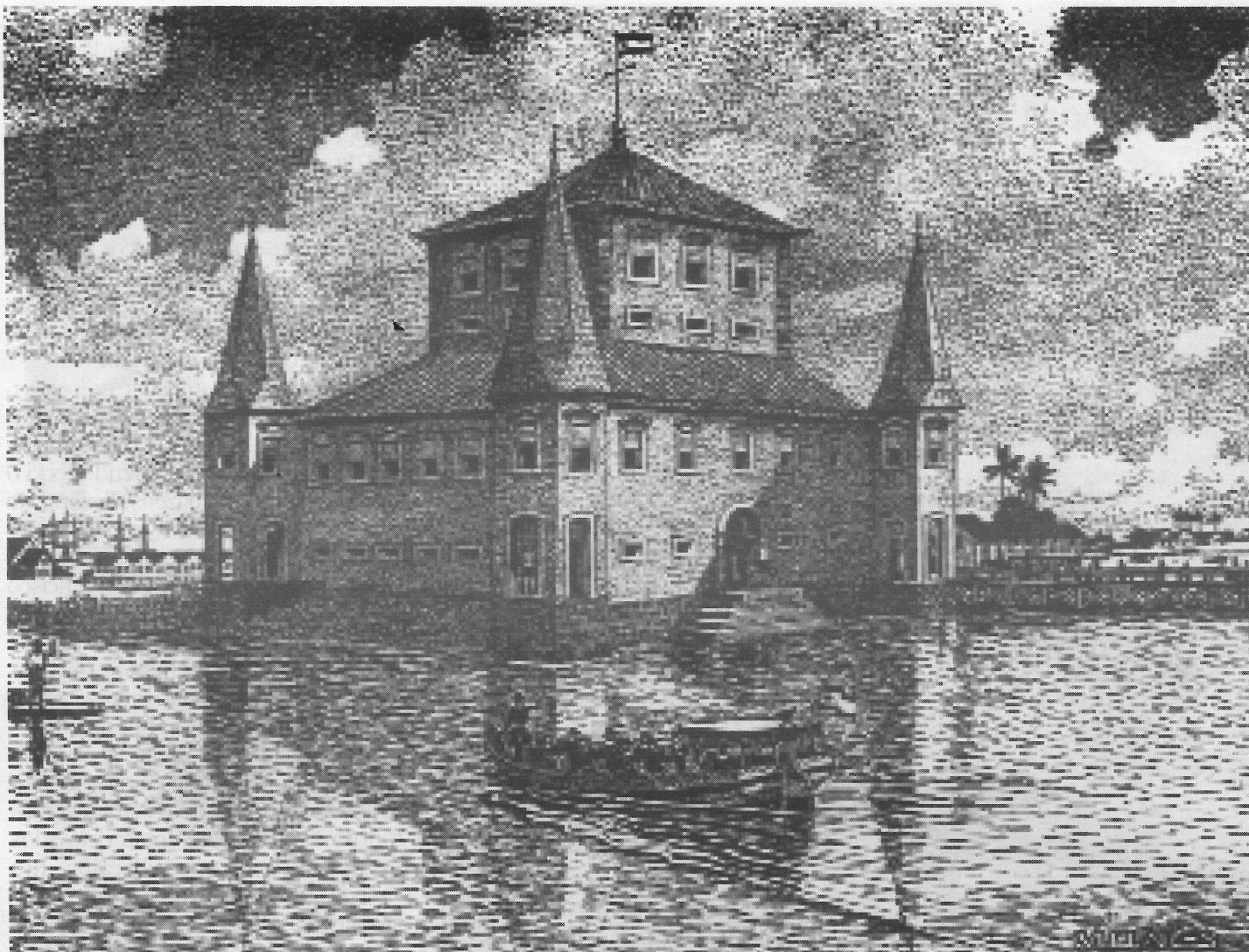
Com a expulsão definitiva dos holandeses do território do Nordeste do Brasil, criou o imaginário nativista da gente pernambucana aquilo que Evaldo Cabral de Mello, veio a denominar de "Panteão Restaurador".

Ao longo dos séculos as vitórias alcançadas pela aliança dos três grupos étnicos, sob a direção de portugueses de nascimento e da chamada "nobreza da terra", consagrou "uma tetrarquia de heróis a que se devia o culto cívico tributado aos verdadeiros pais da pátria".

Assim surgiu, já no século XVIII, um panteão imaginário em que todos os que lutaram com o sacrifício do seu sangue, vidas e fazendas, solitários e contrariando as ordens do próprio Rei de Portugal, estariam representados nas figuras de João Fernandes Vieira, André Vidal



Continua



Palácio da Boa Vista, de Nassau, tinha uma ponte ligando-o ao continente e ficava situado entre as atuais ruas Camboa do Carmo e da Concórdia.

de Negreiros e Antônio Filipe Camarão. Estava assim representada a tetrarquia étnica dos Restauradores de Pernambuco, pelo reinol madeirense Fernandes Vieira, o mazombo Vidal de Negreiros, o índio Camarão e o negro Henrique Dias.

Assim foram imortalizadas, para as gerações de todo o sempre, as três raças responsáveis pela expulsão do invasor através de uma tetrarquia indivisível, como bem demonstra Evaldo Cabral de Mello, in *Rubro Veio*, na qual “tocar numa de suas figuras eqüivalia a atentar contra o todo”.

No imaginário que se estabeleceu já em plena guerra contra a Holanda, seriam os pernambucanos, na imagem de frei Manuel Calado, filhos de Marte e, por isso, gerados para a guerra e destinados a viver sob o calor dos combates. Essa imagem chega até o século XIX, com a proclamação dos chefes liberais da Revolução Republicana de 1817 e Confederação do Equador de 1824, tornando-se ainda presente nos versos do hino estadual ao descrever Pernambuco como uma “nova Roma de bravos guerreiros”.

Como era de se esperar as gerações de pernambucanos que se sucederam jamais esqueceram os feitos gloriosos dos seus antepassados, atribuindo a providência divina as vitórias de nossos desprovidos e despreparados exércitos contra forças numericamente superiores, adestradas e infinitamente bem armadas.

Assim se explica o culto de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes

No documento de rendição, comprometia-se o invasor a entregar o Recife, Maurícia e todas as fortalezas em seu poder, no Brasil, com suas peças de artilharia e munições

Guararapes, cujo santuário foi erguido pelo Mestre de Campo General do Estado do Brasil e Governador de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes, em 1656, em reconhecimento pelas duas vitórias alcançadas naquele local e pela conquista do Recife.

Entende o imaginário pernambucano que fora a excelsa padroeira da igreja dos Montes Guararapes e responsável pelas vitórias ali alcançadas, daí a sua presença nos painéis comemorativos mandados confeccionar pela Câmara de Olinda, em 1709, e nos dois da própria igreja, confeccionados em 1801 possivelmente pelo pintor José da Fonseca Galvão, e atualmente integrante do acervo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

Não sabia D. João IV, Rei de Portugal, que ao deixar os pernambucanos entregues a sua própria sorte, quando da insurreição eclodida em 1645 contra as tropas invasoras da Holanda, estava contribuindo para a formação de uma “nova Roma de bravos guerreiros”.

Com a expulsão definitiva dos holandeses e a boa nova levada à Lisboa por André Vidal de Negreiros, enviado especial dos insurretos a D. João IV, os pernambucanos tomaram consciência de sua força e de seu papel perante o sistema colonial português. O nativismo dessa gente, ao pressentir a força dos naturais da terra em estabelecer suas próprias fronteiras, criou para si um ideário próprio que vem tomar forma no último lustro deste século XVII.

Na interpretação de Evaldo Cabral de Mello, passou a ser doutrina entre os pernambucanos, ao longo dos séculos que se sucederam, o entendimento de que “a gente da terra deveria à Coroa não a vassalagem ‘natural’ a que estariam obrigados os habitantes do Reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído a suserania portuguesa”.

A gente da terra deveria à Coroa não a vassalagem natural a que estariam obrigados os habitantes do Rei-

no e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que, restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído à suserania portuguesa.

Este ideário se fez presente no movimento emancipacionista de 1710, quando pela primeira vez a “nobreza da terra” veio propor um contrato social entre os habitantes de Pernambuco e a Coroa Portuguesa.

Quando da deflagração da República de Pernambuco, em 6 de março de 1817, os sentimentos nativistas da Restauração Pernambucana continuavam bem presentes nos pronunciamentos dos “patriotas”.

Em 1824, era frei Joaquim do Amor Divino Caneca quem relembra os feitos dos Restauradores de Pernambuco ao conclamar às novas gerações através do Thyphis Pernambucano. Mais tarde, já quando o Brasil se apresentava no consórcio das nações como um país independente, Gervásio Pires Ferreira (1765-1836) chamava a atenção dos seus contemporâneos de que os interesses de sua província não coincidiam nem com os de Lisboa nem com os do Rio de Janeiro.

O orgulho nativista dos Restauradores de 1654 continuava a manter acesa a chama do ideário pernambucano. Não podendo apagar essa chama o Poder Central resolve punir os pernambucanos com a mutilação do seu território: em 1817 perde a Comarca das Alagoas, em 1824 lhe é suprida a Comarca de São Francisco, em cuja posse provisória a antiga Província da Bahia se mantém até os nossos dias. Mutilaram também suas rendas: em 1817 pagávamos pela iluminação das ruas do Rio de Janeiro; outros exemplos se seguem conforme demonstra os editoriais do Diário de Pernambuco de 11 de janeiro de 1845, 3 de março de 1846, 29 de agosto de 1859, 3 de janeiro de 1865, 10 de julho de 1878, só para citar alguns.

Não mais uma colônia de Portugal, não mais um protetorado de uma Monarquia Européia, mas “um povo e um povo de heróis”, na interpretação de Capistrano de Abreu. Uma “nova Roma de bravos guerreiros”, como assinala a letra de Oscar Brandão no hino estadual, bem de acordo com o imaginário, traçado no calor dos combates contra o flamengo invasor, de que os naturais de Pernambuco são filhos de Marte e, por isso, gerados para a guerra e destinados a viver sob a tensão das refregas. Este ideário a partir de então se fez presente em todos os movimentos emancipacionistas do povo pernambucano, chegando aos nossos dias com o desejo sempre crescente de autonomia diante das ingerências partidas do Rio de Janeiro, num passado recente, e de Brasília, nos tempos presentes. ⊗

Amnésia abate Guararapes

Nomes como Henrique Dias e episódios como Tabocas só têm significado para o Exército e alguns historiadores. Por Marcos Albuquerque

Guararapes episódio, Guararapes símbolo, Guararapes memória, Guararapes amnésia. O complexo Guararapes, incluindo interesses, símbolos, batalhas, cronologia, encontra-se controverso e enevoado na memória coletiva brasileira.

A capitania de Pernambuco seria-se, nos idos do século XVII, em uma conjuntura social, política, administrativa e econômica, que a distinguiu das demais capitanias. Distinção não apenas local.

A distinção entre a capitania de Pernambuco e as demais era de tal ordem que durante o período dos governos gerais era comum os governadores passarem maior tempo em Pernambuco que em sua sede, o que não apenas preocupou a Coroa como ainda induziu Portugal a determinar que os governadores deveriam permanecer na sede do Governo Geral.

A tecnologia da produção do açúcar encontrava sua mais alta experiência nesta capitania. Parte do interesse do sistema mundial, que se implantava, encontrava-se voltado para a capitania de Pernambuco. Quer pelo seu desenvolvimento, quer pelo açúcar produzido como elemento de comércio na Europa, quer pela sua economia em franca ascensão.

Não foram poucas as tentativas de conquista da capitania encetadas por europeus não portugueses. Tentativas não apenas devido aos interesses expostos, mas ainda pela atração dos inimigos de Espanha após a união dos reinos ibéricos.

Em 1630, os holandeses empreendem, com sucesso, uma forte investida na capitania de Pernambuco. A capitania foi conquistada e os holandeses iniciaram um processo de fixação e exploração. Entretanto não foi apenas a capitania de Pernambuco que fora invadida e ocupada, mas sim parte do território de domínio português. Parte, mais florescente, do que viria a ser Brasil.

Inicia-se uma luta de resistência que mais tarde desaguaria na Restauração Pernambucana. Movimento

que recebeu esta denominação, mas que, na verdade, restauraria não apenas a capitania de Pernambuco mas sim o domínio português na América. Pois, o sucesso da empreitada holandesa na capitania de Pernambuco fatalmente se expandiria para as demais capitanias.

A campanha contra o domínio holandês alterou significativamente o sistema então vigente. Interesses menores foram abandonados, coalizões sociais, raciais e econômicas foram estabelecidas. Germinava uma nova realidade social e política.

A florescente capitania de Pernambuco expulsou os holandeses do Brasil, falou pela primeira vez o nome "pátria", derramou seu sangue e exauriu seus recursos. Tornou-se pobre.

O esforço hercúleo de um povo, que, com um emergente exército, conseguiu bater tropas numericamente superiores, foi enevoado por um processo de "amnésia coletiva". O brasileiro que teve seu solo resgatado e que ouviu pela primeira vez o nome "pátria" sendo pronunciado nesta capitania, de um modo geral desconhece o que veio a ser chamado de "Guerra Brasílica". Brasileiros não apenas de outras regiões, mas também os pernambucanos que aqui nasceram e cresceram.

Seria interessante a realização de uma enquete, a nível nacional, nos diversos segmentos etários, sociais e econômicos, objetivando avaliar o significado de nomes como: Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão, ou de episódios como: Tabo-

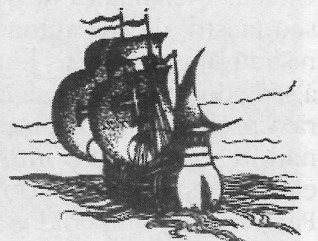
cas, Sirinhaém, Cunhaú, Casa Forte, ou Guararapes. Provavelmente não significam nada para a maioria esmagadora dos brasileiros. Exceção feita ao Exército brasileiro, que cultua seu nascimento em Guararapes, e a alguns historiadores.

Por que será que o estudo da ação dos Bandeirantes é tido como "História Nacional", e que o estudo da "Restauração Pernambucana" enquadra-se em "História Regional"? Por que Borba Gato é uma figura nacional enquanto que Dias Cardoso é um ilustre desconhecido?

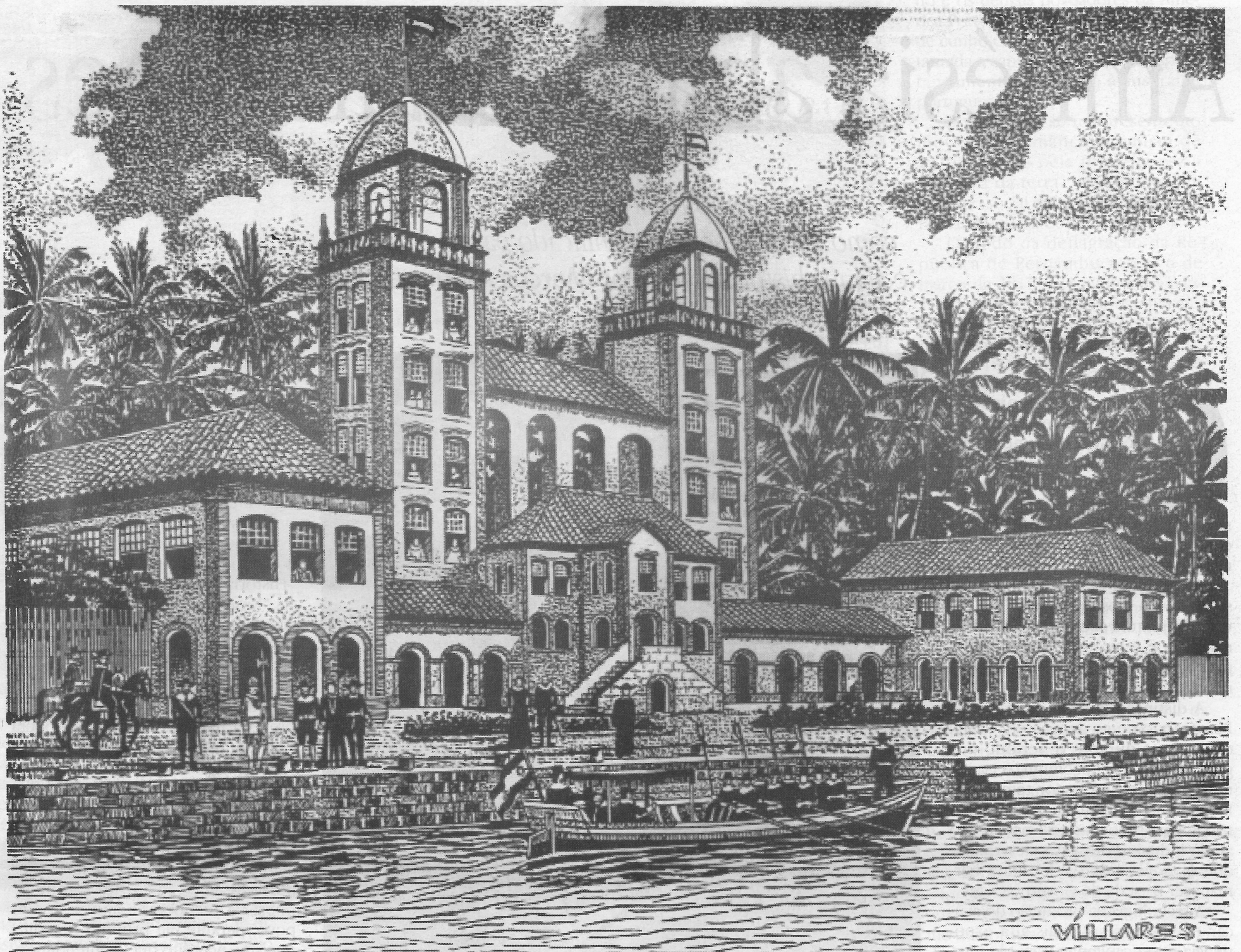
Parece-me que uma reflexão sobre esta realidade "histórica" poderá vir a contribuir para um melhor entendimento da realidade nacional, da cidadania, da "pernambucanidade" e, conseqüentemente, da "brasilidade". Será que uma reflexão desta natureza não ajudará a entender melhor as desigualdades regionais? A entender por que uma região rica tornou-se pobre? A recuperar a altivez de um povo, perante ele próprio? Acredito que sim. Acredito que o entendimento processual da História seja o único caminho para o soerguimento do Nordeste e do Brasil. Antes de investimentos materiais ou financeiros parece que carecemos de uma sólida formação moral e de auto-estima, obtida apenas com o conhecimento referencial fornecido pela história de cada povo.

Como trata-se de um artigo compacto, no qual não há espaço para maiores considerações, levantarei apenas alguns aspectos que considero de primordial importância para o início das reflexões sugeridas. Abordarei apenas alguns tópicos que me parecem oportunos para o entendimento deste processo de amnésia coletiva com relação a "Guerra Brasílica".

A visão retida pela memória coletiva



Continua



Vrijburgh ("alcácer da liberdade"), o famoso Palácio das Torres, que foi a sede do governo holandês no Brasil e residência do Conde Maurício de Nassau, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais.

pernambucana e brasileira, acerca da presença holandesa no Brasil, é um desses bons exemplos acerca dos conflitos explicativos entre a história e a memória coletiva.

Em Pernambuco, como de resto em toda área de domínio batavo, terminadas as lutas, era necessário reconstruir os engenhos, botá-los para moer; investir no que produzia; investir para o lucro. Com a centralização do poder, não interessava à metrópole investir no homem, no seu espírito, no seu amor-próprio, nos seus símbolos. Ao contrário, parece que se buscou apagar a memória de Olinda, a lembrança de seu luxo, de seu fausto, de sua autonomia administrativa, que poucas honras rendia à sede do governo geral. Ela que tivera a preferência dos próprios governadores gerais, a ponto de serem eles impedidos de permanecer em Pernambuco, impedidos mesmo de visitar Pernambuco, para que aqui não se instalassem, contrariando as

Os termos da capitulação oferecidos ao inimigo pelo oficial português não condiziam com o esforço dos pernambucanos. Atendiam melhor aos interesses da metrópole em readquirir a simpatia dos batavos

ordens reais. Com o incêndio, Olinda não "ficara reduzida a cinzas". Mas não se apagara, com o incêndio, o orgulho dos pernambucanos. Ao contrário, precisavam valer-se dele para enfrentar os anos de destruição, as amargas lembranças das extorsões, dos parentes e amigos mortos pelas atrocidades do invasor, ou simplesmente pela guerra. Porém, após a restauração, que em princípio serviria para redobrar-lhes os ânimos, o seu orgulho foi mais uma vez ferido. Agora não mais pela derrota infligida pelas armas, pelo inimigo batavo, que aqui chegara com condições infinitamente superior em homens e em

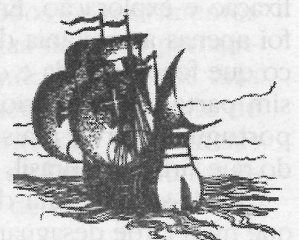
armas. Desta feita, os pernambucanos tinham o seu orgulho ferido pelos seus.

Os termos da capitulação oferecidos ao inimigo pelo oficial português não condiziam com o esforço dos pernambucanos. Atendiam melhor aos interesses da metrópole em readquirir a simpatia dos batavos. Não condizia com os prejuízos a serem arcados pelos produtores pernambucanos.

Expulsos os holandeses, o governo de Lisboa, ouvindo seu representante maior, o então governador Barreto de Meneses, não fez caso dos argumentos daqueles que aqui lutaram, que pretendiam permanecer na

luta para recuperar a produção. Negou-lhes o direito de reconstruir Olinda. À antiga vila, que simbolizava para todos o apogeu da empreitada levada a cabo em Pernambuco, lhe fora negada a condição de sede do governo da capitania. Condição de sede que manteve, mesmo durante parte o domínio holandês.

Pernambuco até então era uma capitania que se governava. Juntamente com o Rio de Janeiro, estava isenta muitas vezes de certas ingerências do governo-geral. Seu primeiro donatário teria conseguido incutir, pelo menos em parte da população, não o espírito do espoliador, do mascate que para aqui vinha temporariamente, para explorar e



Continua



Antonio Oquendo, almirante-chefe da segunda esquadra espanhola que derrotou o almirante Pater.

De Guararapes nasce a própria confiança ou o arrojo de buscar “coser-se com as próprias linhas”, de buscar defender-se, de garantir o que na época seria a “independência” de sua terra

auffer lucros. O espírito que Duarte Coelho parece ter inculcado era o da formação de uma nova nação, (ainda que fosse a continuidade de Portugal). Uma “Nova Lusitânia” que trabalhava, que lutava muito, que auferia lucros e que gastava aqui. Uma gente que aqui mesmo se divertia. Que não cultivava necessariamente o espírito do usurário ou daquele que queria enriquecer rapidamente e voltar para Portugal, e lá, sim, ostentar sua riqueza. Os de Pernambuco ostentavam aqui mesmo. Roupas caras, de veludo; festas intermináveis, regadas a muito vinho e iguarias importadas. Aqui tentaram fazer seu próprio vinho; as vinhas, se mostraram promissoras. Foram tolhidos. Proibido o fabrico do vinho, proibidos, arrancados, destruídos os parreirais. A mesma coisa com os tecidos, só tecidos importados. Na terra, apenas se podia fabricar peças grosseiras de algodão, para vestirem-se os escravos. Deixou-se até mesmo de pagar o açúcar com moedas. O pagamento era feito com produtos que os do reino comerciavam, fossem ou

não o mais necessário à terra. Enfim uma economia direcionada não a apoiar aqueles que queriam aqui produzir, mas à metrópole, aos da metrópole, aos “mascates”.

Gerou-se o ódio. Ódio que ao longo do tempo produziu diferentes efeitos. Fez de Pernambuco um revoltoso (revoltado), que ansiava por liberdade. Uma revolta não contra o Brasil, ou que visasse se tornar independente, sozinho, mas que buscava lutar contra o julgo de dominação do Brasil. Quando se proclamou a República em Pernambuco, em Olinda, aspirava-se uma abrangência territorial bem mais ampla. Outras revoltas que partiram de Pernambuco, visavam essencialmente, não o separatismo, mas a autonomia brasileira. E não foi só na sede, em Olinda. Mais tarde, fatos semelhantes, por esse ou aquele motivo (estopim) fizeram surgir revoltas contra a dominação dos espoliadores, dos que apenas buscavam o lucro imediato, sob os bons olhos da metrópole. Foi assim entre o Recife e Olinda, culminando com a Guerra dos Mascates, foi assim em Goiana

(PE), com os conflitos entre brasileiros e portugueses.

Um dos aspectos que parece advir desta “revolta” gerada, é a transformação no ideário popular, da presença holandesa. Todas as amarguras provocadas pela espoliação de bens, pelas atrocidades promovidas, pelo cerceamento religioso, pelas “infâmias” e “profanações” impostas às crenças, pela migração forçada de alguns e a submissão ao julgo tirano de muitos, pela destruição daquilo que fora construído a duras penas, tudo isso parece se reverter, se transformar, ao cabo de poucas gerações, sob o efeito da revolta maior de ser espoliado pelos seus.

O período de paz relativa alcançada durante a administração do conde Maurício de Nassau, efetivamente foi um fator que contribuiu neste sentido. Então, os “portugueses do Brasil” ressentiam-se da falta de autonomia portuguesa, decorrente da “União das Coroas Ibéricas”. Em Pernambuco, e em todo o Norte da colônia, já não mais se podia fazer face ao invasor. E as liberdades então concedidas por Nassau, de culto, de produção; o estímulo financeiro através dos empréstimos, dos financiamentos à produção, ainda que a altos juros, somavam-se ao ódio mal contido

à Espanha. Brasileiros integravam inclusive as câmaras decisórias da colônia. De uma forma ou de outra, fora um período de maior liberdade, e, sobretudo, de grande prosperidade.

Retira-se Nassau, reativam-se as hostilidades das Companhias de Emboscadas, cristalizadas no Arraial Novo do Bom Jesus, nasce e cresce o espírito de cidadania, de responsabilidade de garantir o bem comum. A necessidade de defenderem-se contra o invasor, fez reunir-se os diferentes segmentos sociais, sejam étnicos, sejam culturais, ou ainda econômicos, todos em torno de uma causa, de um ideal.

De Guararapes nasce a própria confiança ou o arrojo de buscar “coser-se com as próprias linhas”, de buscar defender-se, de garantir o que na época seria a “independência” de sua terra. Talvez ali nascesse efetivamente o Brasil.

O complexo Guararapes, consolidado em suas duas Batalhas e forjado em uma experiência de resistência, deverá não apenas ser entendido, mas sobretudo transferido do estado da amnésia para o da consciência cotidiana de cada brasileiro, pois uma sociedade que desconhece seu passado não possui perspectiva de futuro. ⊗





Detalhe do mural de Francisco Brennand, na rua das Flores, no centro do Recife, visão contemporânea que reconstitui algumas cenas das batalhas dos Guararapes.

A arte vê a guerra

A pintora Tereza da Costa Rêgo retrata os conflitos sociais de Pernambuco em suas telas e organizou exposição sobre a permanência de Guararapes. Por Mário Hélio

Menos de cem anos depois de acontecidas, as Batalhas de Guararapes motivaram a arte em Pernambuco. Uma pintura oficial, de encomenda, mandada fazer para enfeitar o paço do senado de Olinda. O assunto voltou a ter novas leituras militares e religiosas no século XIX. Em 1994 e no ano passado, a pintora Tereza Costa Rêgo, diretora então do Museu do Estado, mobilizou mais de uma dezena de artistas para pintar Guararapes, de novo. Sob novo olhar. A começar do seu próprio, que se mirou nos chamados quadros votivos que estão no Museu do Estado. Dos quadros escolhidos para a exposição *Batalha dos Guararapes: um olhar contemporâneo* o seu e o de Romero de Andrade Lima são os que mais diretamente se referenciam desses trabalhos tão antigos.

O título da exposição *Olhar Contemporâneo* encontra no mural de Francisco Brennand, na rua das Flores, talvez o seu modelo mais acabado. O pintor-escultor inseriu elementos deste século para alegorizar o XVII, quando as batalhas se deram. “Na volta ao trabalho, o artista deci-

diu incluir as figuras do ex-presidente e do amigo Ariano Suassuna como comandantes que lutavam pela soberania nacional. Numa outra analogia histórica surgia, empunhada pelos combatentes, a imagem da bandeira brasileira atual, numa clara indicação de que aquela batalha era moderna, contemporânea e viva, e que agora éramos invadidos de outras maneiras”. É o que escreve o escritor Weydson Barros Leal, no ensaio biográfico incluído no livro *Francisco Brennand*. Além da imagem, há versos de Suassuna incorporados ao mural, e também os de César Leal, que faz uma espécie de nova prosopopéia. Nos seus versos é como se as figuras da pintura estivessem vivas e pudessem falar aos passantes que as vêem. Como se ao contrário do cachimbo de Magritte, que não é um cachimbo, sendo pintura, as figuras querem ser gente — como nos versos de Whitman —, saltar da imaginação para a realidade. Os versos de César Leal são a fala ou “Saudação do Comandante de Campo Barreto de Menezes”:

“— Bom dia, pernambucanos!/
Com vocês estou aqui neste mural./
— Que fizestes para tanto merecê-lo?/
Dirão os que de estranha Pátria são/

mas não vocês/ cujos avós comigo edificaram/ — a fogo e faca e patas de cavalo/ o orgulho da Pátria em Guararapes!”

O pintor João Câmara (outro que pintou elementos associados à batalha) se expressava, em artigo da época da inauguração do painel (1962) sobre os aspectos técnicos do trabalho, ocupando-se de sua estrutura:

“Movimentam-se emocionalmente as formas com suas peculiaridades: às vezes a agressão aguda ou contundente, por outra a estranha e bojuda contemplação ou expectativa móvel de algum imprevisto que suceda na larga trama da Batalha. Vai ali, em movimento por entre as linhas, o denteado do cacto, a costura hábil no desenho ligeiro da roupa do holandês, o ziguezague de antigos e futuros ataques a lança e a espada, ou a estropeada repentina de alguns cavaleiros. O movimento às vezes se faz sereno como a poeira que se acomoda ao solo, ora se faz quebrado e browniano, ou é longo, percorrendo as grandes massas e linhas de força. Mas, é todo ele um movimento nervoso e calculado, controlado como se quisesse sempre sair da predestinação do seu caminho.”

Mas ninguém que se voltasse tanto para os ilustres pernambucanos quanto Tereza Costa Rêgo.

O tema dos heróis e das suas lutas a cativou de várias maneiras. Não apenas Guararapes a inspirou. Zumbi, Antonio Conselheiro, Lampião e até um estudante tragicamente morto viraram sangue e carne em suas tintas. Do seu ateliê em Olinda (justo a cidade que os holandeses fizeram cinza) ela parece amalgamar fogo e sangue na tela e compor as suas metáforas. Há um sentido de mensagem nos seus trabalhos. Quase de engajamento — não fosse a palavra imprecisa e antiquada para designar o que é uma visão política sobre o mundo.

Esse sentido metafórico do seu trabalho foi bem captado pelo artista Raul Córdula quando a definiu: “Tereza Costa Rêgo encabeça esse grupo de pintoras figurativas onde a paisagem, mesmo que metafórica, é o motivo permanente, o símbolo principal deste precioso conjunto de



Continua

quadros. A obra de Tereza vem se aprimorando, entrando na maturidade. É o reino da cor precisa, e da composição harmônica. Uma lição de coisas, uma porta para saber ver. Mas o que é visto é um mundo organizado por ela mesma, composições que esperavam num canto do jardim pelo sol, pela chuva, pela pátina do tempo, depois pelo olhar e pelos dedos de Tereza a transmudar as coisas em pintura. Sobre Tereza, ainda não é possível deixar de referir à sua história de vida, eivada de fatos importantes para a nossa atual história política.”

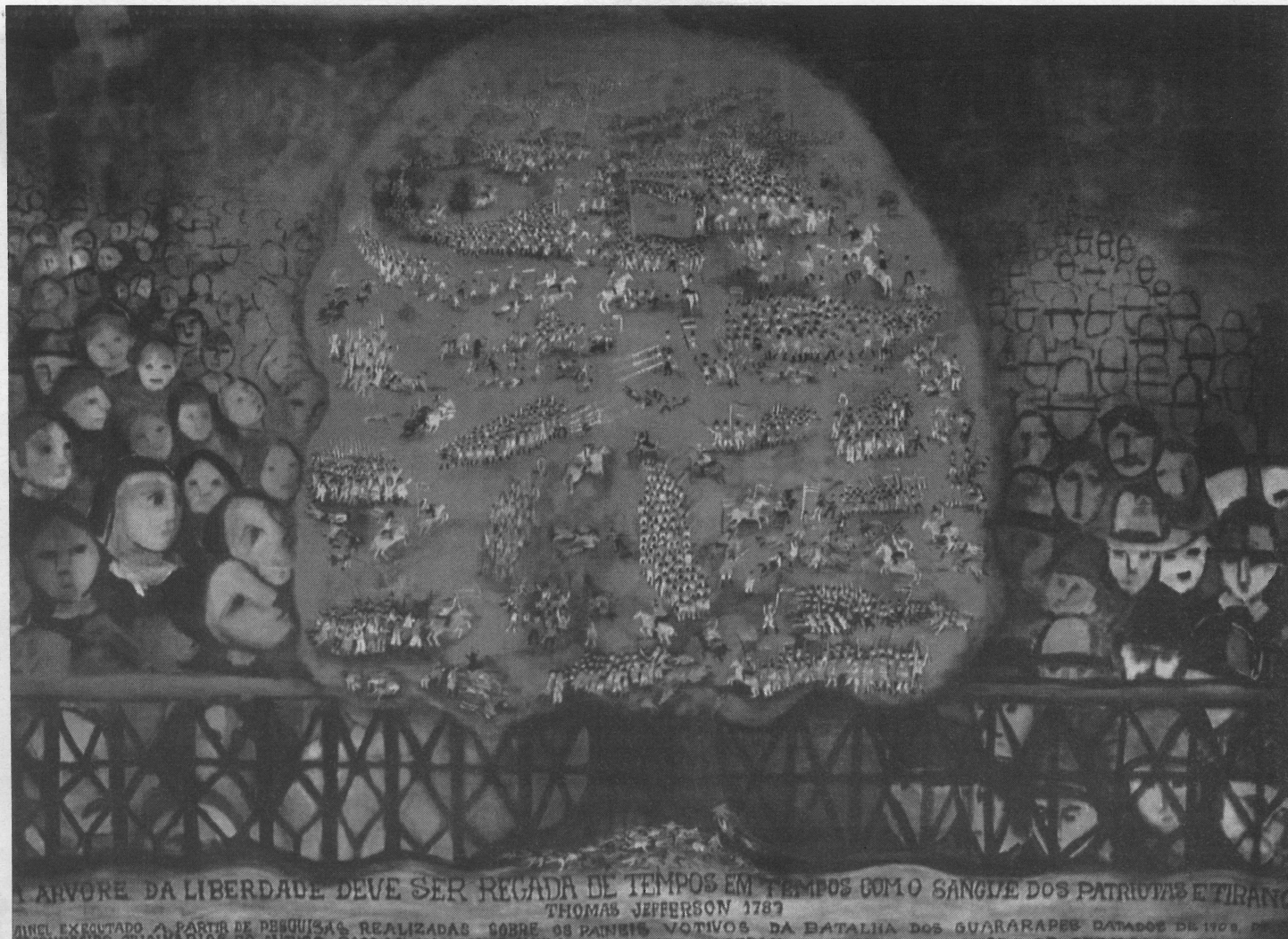
Esse processo de unir por aproximações mais do que por justaposições simplesmente parece orientar um pouco o trabalho da pintora, quando tematiza multidões. Quem se habituou a ver os enormes quadros pintados por Tereza Costa Rêgo, as suas figuras como que coladas umas às outras, não imagina talvez o que haja de concentração íntima, de expansão trágica, querendo tocar o épico na realidade e alcançando dele o agônico e a superfície da realidade quando se retorce, quando se retalha, quando se redoma.

No seu caso particular de pintora ocupada com a predominância da carne e do sangue sobre todas as coisas, o que se vê (inclusive no auto-ocultado) é algo de conflito, de luta e de luto. Pintura de nervos mais do que de ossos, de carne exposta.

Um passeio pelo seu ateliê revela um pouco da obra em que a expressão não se envergonha de querer estar acima da forma. Mas, no seu caso, ou de qualquer artista, uma e outra coisa estão fundidas, confundidas não confusas.

Conta a lenda que o escultor Pigmalião se apaixonou pela sua estátua Galatéia. Desejou ele aos deuses que se tornasse viva e sua como mulher e não mais somente como arte de suas mãos. A deusa Afrodite concedeu que o mármore virasse carne. Com isto transformou não o inanimado em mulher. Ao lhe dar a mulher mudou a sua vida. Essa é uma das mais famosas metáforas das metamorfoses, de como “transforma-se o amador na cousa amada, por virtude de muito imaginar”. Pois, como disse o mesmo poeta Camões: “Pois amor sobre o impossível amostra que pode mais”.

Há, no caso de Tereza Costa Rêgo também sempre identificação entre o artista e o seu objeto. A criatura engendra o seu criador. Talvez por isso não consiga ir além das figuras. Como se o eixo da expressão fosse o ordenador de tudo o que produz. Ou, dizendo-a melhor, com Raul Córdula: “o peso da história de sua vida que se realiza na intensidade do amor que ela tem por sua cidade, seus ambientes”. Diríamos mesmo que o peso da história e da sua história mesma que a define. Se os temas épicos a seduzem, é com olhar lírico que conta as suas guerras. Daí a au-



Quadro, sem título, de Tereza Costa Rêgo, pintado em 1993, a partir de pesquisas realizadas sobre os painéis votivos da Batalha dos Guararapes.

sência quase do grotesco, sem o que nenhuma batalha é possível. E, como todos os líricos é ela mesma quem melhor se explica:

“Nos meus trabalhos atuais venho procurando fugir da história para me prender à forma como contá-la. Fugir de mim para além do grupo, para a vida no seu aspecto social e político. Como sou historiadora, gostaria de ser na arte uma testemunha atenta e crítica da realidade social. Na minha visão do mundo, o artista deve ser um cronista da sociedade, de preferência, questionador. Essa postura, no entanto, não é fácil e a arte social vem se constituindo num desafio. É, portanto, um difícil e longo caminho a percorrer, com avanços e recuos, porque vivemos a contradição entre a forma e o conteúdo.”

Esse depoimento é de 1984, para uma sua exposição realizada em Olinda. Há poucos dias, pedimos a ela um depoimento sobre os seus quadros “históricos”. O resultado, em resumo, é o que agora se lê, cena a cena, tema a tema.

Começou motivada pela crítica de arte Radha Abramo e a idéia de pintar as sete grandes batalhas de Pernambuco. Mas resolveu que iniciaria tudo pelo massacre bárbaro dos índios. O princípio. A pré-história. Como fez arqueologia desenvolveu um grande fascínio pela pintura rupestre. No centro de tudo há uma espécie de ovo. O início do homem no Nordeste. Sem rigidez histórica. Mas com grande atenção aos seus aspectos gráficos.

Assim partiu para pintar sete grandes lutas do Nordeste. Uma visão poética que bem poderia se chamar *sete luas de sangue*. Numa visão livre e libertadora da arte e da vida, tomando como partida os movimentos libertadores. Que vão além sempre de meros cavalos e lanças.

A pintura dos Guararapes surgiu do seu fascínio pelos painéis do século XVIII que estão no Museu do Estado. Na época de um dos aniversários da primeira Batalha surgiu a idéia de uma exposição a partir desses painéis. Sim, como na frase de Jefferson, que incorpora, a árvore da liberdade precisa sempre ser regada. Gosta deste quadro especialmente, em que tanto vive a árvore da história.

No trabalho sobre Zumbi usou as reminiscências que ficam na memória desde que a gente nasce. Queria fazer uma cabeça de rei, não de morto. Como num altar barroco em Olinda. Cabeça coroada e viva dentro de um cálice. Sem perder o sentido sacrificial que enforma a sua história. No quadro há um pedaço de uma carta régia. Mas o elemento literário que mais a comove é a frase gêge que lembra que o morto atravessou o espelho e para ele não haverá mais escuridão.

Canudos deu um nó na sua cabeça. Pensou numa planta aérea do cenário da guerra. A presença das cabeças também é nesse quadro muito importante. Tudo, no entanto, marcado pela presença definidora da reconstrução da única foto de Conselheiro. Morto. E a frase famosa de Euclides da Cunha dando nota de que Canudos jamais se rendeu.

Ao pintar o cangaço, a sua postura não é a do pesquisador Frederico Pernambuco, que exalta os soldados, nem dos ufanistas que dão a Lampião status (ou estátuas) de herói e vítima. É a visão poética. O cenário e os bichos da caatinga dialogam e se integram com Maria Bonita. A terra, neste, como noutros quadros, dão o sentido ocre-telúrico do seu atavismo de uma utopia ao mesmo tempo em conflito e impregnada dos bens e males das origens.

Disso para discutir o problema da terra e sua posse deve ter sido um passo. O latifúndio monocultor que só dá aos pobres sete palmas para que se enterra move a sua arte como instigou João Cabral de Melo Neto a contar o drama da morte e vida severina. De certa maneira é uma homenagem ao movimento dos sem-terra, “a única coisa de oposição organizada no Brasil de hoje”.

Para o último quadro — do grande ciclo dos conflitos e batalhas — chegou o medo. Como o que atinge os próprios soldados em suas guerras. No seu caso, uma guerra íntima, surda. Acontecimentos recentes e antigos, gentes de hoje e de ontem numa mesma mesa foi a solução achada. É uma síntese da formação, reformas e deformações do Brasil. Dos seus trabalhos talvez seja o mais alegórico. Nele são tão vivos os bichos e as cadeiras que parece até que os homens é que são seus complementos. Fascinantes e inquietantes são mesmo os bestiários. Como talvez em quase todas as batalhas. ⊗



JOSÉ CLÁUDIO

Velhice sadia (I)

É uma expressão paradoxal, "velhice sadia", porque a velhice em si já é uma doença e grave. Comigo já começou; e nem posso ainda dizer ter chegado lá, na velhice plena, embora todo velho ache que ainda não é velho. É o herpes-zoster comendo de um lado, a ciática de outro, a diabete: pode ser que eu a vida toda tenha sido diabético mas o fato é que esse encanto de criatura somente agora se me declarou e é amor para sempre.

Engraçado, eu era o tipo do sujeito que detesta falar de doenças. Isso desde menino. Me lembro de uma tia, Titia Edith — algumas tias eu chamava "tia" e outras "titia": Tia Luizinha, Tia Gasparina, Titia Otília, e Tia Maria José, a mais moça, que eu às vezes nem chamava de tia, ignorando o título e me dirigindo a ela simplesmente como "Maria José", pela proximidade das idades minha e dela —, o assunto predileto de Titia Edith era doença. Minha mãe gostava de ouvir e aí fechava-se o círculo, de onde eu me expulsava por minha própria conta, tanto por não me atrair o assunto como porque muitas vezes me mandavam embora para falarem de assuntos de mulher, que não competia a homem e muito menos a criança. Diziam "homem" para eu ficar cheio de vida, mas eu sabendo que naquele caso queriam dizer "criança".

Tanto que nunca fui muito erudito em matéria de doenças, uma grande lacuna na minha cultura, qualquer pessoa sabendo melhor que eu o nome delas assim como dos órgãos internos do corpo humano, que sempre preferi ignorar, como fazendo

parte do foro íntimo de cada um; e como no meu caso essa parte não incomodava quase nunca, o assunto não existia. Nesta quadra da vida, essas duas sócias beneméritas de que ninguém escapa, a velhice e a morte, se a segunda não chegar antes da primeira, essa primeira das duas já anda me sondando para dar notícias à outra: eu passo a mão no lado



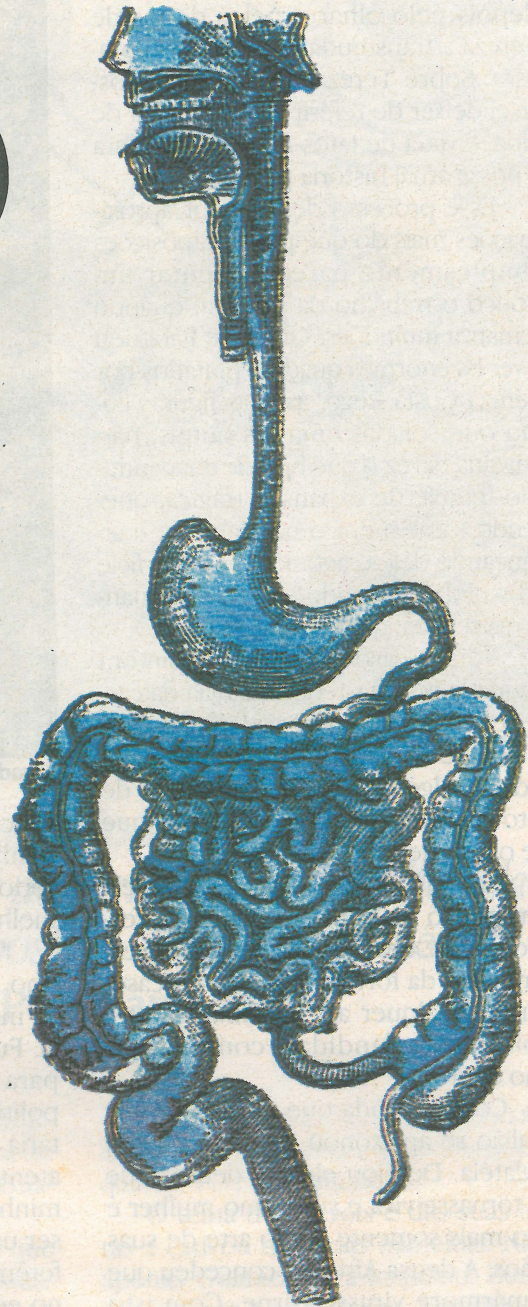
esquerdo da entreperna e estendo os dedos em tridente para elas, para as sócias indesejáveis.

Antigamente com cinquenta anos se era velho. Sêneca comenta: "Ouvi-

rás muitos dizerem: 'Aos cinquenta anos me refugiarei no ócio, aos sessenta estarei livre de meus encargos'. E que fiador tens de uma vida tão longa?" Sêneca recebeu ordem de Nero de se matar aos sessenta e sete anos, a idade que tenho agora (escrevi esse textinho o ano passado, a que se referia esse "agora").

Atualmente há a terceira e quarta idades, o velho e o velho-velho, como diz Norberto Bobbio no seu "De Senectute", título tirado, ou melhor, botado em homenagem ao "De Senectute" de Cícero. Longe do velho-velho, eu, pela amostrinha, porém, já dá para sentir o gosto, como quem diz: "Prepara-te". A jovem mãe ama falar do filho ou dos filhos; velho fala de doenças, seus filhos de certo modo, filhos da sua velhice. Dá vontade de chamá-las carinhosamente: "minha diabetezinha", "meu herpes-zosterzinho". Se alguém oferece um doce, convida para uma feijoada ou uma viagem, responder: "E eu posso?" Do mesmo jeito que a jovem mamãe responderia: "E essas crianças deixam?" Até com um certo orgulho, olhando de relance para os pimpolhos. Eu inda vou escrever uma ode à diabete.

A velhice deve servir para alguma coisa, quando nada para saber como é a velhice. Até aqui, nestes começos, ela só tem ameaçado fisicamente, um primeiro passo, minando os alicerces. Quer dizer, cabeça também faz parte do físico, mas a minha não apresenta grandes diferenças, isto é, por dentro. Primeiro passo esse que é uma covardia, como se nos atirassem pelas costas, nos pegassem desprevenido, a gente até cuidando da marvada. Primeira constatação: a velhice é covarde. Você enfrenta o cansaço, trabalha de sol a sol, ou até a lua, responsável, ativo: ela premia com a diabete, o herpes-zoster. E



devem vir por aí outras maravilhas. O meu — já estou chamando de "meu" — herpes pegou-me pela cara, alcançou um tal de "segundo par", quem me disse foi Caio: sou até machudozinho algumas vezes mas dessa vez corri para o meu plano de saúde Caio de Souza Leão Filho.

